GABARITO

GABARITO COMENTADO

SIMULADO ZERO

TJ-SP

BANCA VUNESP

ESCREVENTE TJSP

Gabarito comentado das 70 questões inéditas

TJSP 2027 · Edital nº 02/2026 · 11 disciplinas

@oduconcurseiro

CardStudy · oduconcurseiro.online

Material elaborado com apoio de IA e curadoria própria

GABARITO

01 C	25 C	49 B
02 D	26 B	50 A
03 A	27 B	51 A
04 D	28 A	52 B
05 B	29 B	53 A
06 A	30 D	54 E
07 D	31 C	55 B
08 E	32 A	56 C
09 E	33 E	57 A
10 D	34 D	58 C
11 E	35 D	59 D
12 A	36 A	60 C
13 D	37 E	61 D
14 E	38 A	62 D
15 E	39 C	63 C
16 B	40 C	64 B
17 C	41 D	65 C
18 D	42 C	66 E
19 B	43 E	67 B
20 B	44 A	68 A
21 A	45 E	69 E
22 C	46 E	70 B
23 D	47 C	
24 E	48 B	

BLOCO I — LÍNGUA PORTUGUESA

Língua Portuguesa (01 a 16)

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

A Justiça ao alcance de um clique

A digitalização dos processos mudou a rotina dos fóruns brasileiros. Há pouco mais de uma década, pilhas de papel ocupavam corredores e salas; hoje, a maior parte das ações tramita em sistemas eletrônicos, que permitem peticionar, consultar andamentos e receber intimações sem sair de casa. Nesse novo cenário, o trabalho de advogados, servidores e magistrados também se transformou: audiências podem ocorrer por videoconferência e documentos são assinados com certificação digital.

Os benefícios são evidentes. Os prazos diminuíram, o extravio de documentos tornou-se raro e o cidadão que mora longe da comarca já não precisa gastar com deslocamento para acompanhar o seu caso. Para quem tem conexão estável e familiaridade com a tecnologia, o serviço público nunca esteve tão próximo. A tramitação eletrônica ainda ajuda as próprias instituições, pois permite identificar gargalos e organizar as tarefas com mais transparência.

Essa proximidade, contudo, não é igual para todos. Parcela expressiva da população ainda enfrenta dificuldades de acesso à internet ou não domina as ferramentas digitais. Para esses cidadãos, o que deveria ser uma porta aberta converte-se em muro: o direito de buscar a Justiça continua garantido no papel, mas esbarra na falta de meios para exercê-lo.

Por isso, muitos tribunais mantêm balcões virtuais e pontos de atendimento presencial, nos quais servidores orientam o público a utilizar os sistemas. Esses espaços não representam um retrocesso; ao contrário, mostram que a inovação só cumpre seu papel quando ninguém fica de fora. Em muitos casos, o atendimento começa com algo simples, como ajudar o usuário a criar uma senha ou a anexar um documento no formato correto.

Há, ainda, o desafio da segurança. Quanto mais serviços migram para o ambiente digital, mais cuidadosa precisa ser a proteção dos dados pessoais das partes. Senhas fracas, mensagens falsas e a divulgação indevida de informações sigilosas são ameaças que exigem treinamento constante dos servidores e atenção redobrada dos usuários. Nenhum sistema, por mais moderno que seja, está imune a falhas, e a confiança do público depende da forma como elas são prevenidas e corrigidas.

Em síntese, a tecnologia é uma ferramenta valiosa para o serviço público, mas não substitui o compromisso com as pessoas. Cabe às instituições unir eficiência e acolhimento, de modo que a rapidez dos sistemas esteja a serviço da cidadania, e não o contrário.

Texto elaborado especialmente para este simulado, no estilo dos textos usados pela VUNESP.

01

De acordo com o Texto, a digitalização dos processos judiciais

A) diminuiu os prazos e o extravio de documentos, mas não evitou que o cidadão precise se deslocar até a comarca para acompanhar o caso.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

B) melhorou a transparência das instituições, o que levou os tribunais a encerrar os pontos de atendimento presencial.

C) permitiu que o cidadão que mora longe da comarca acompanhe seu caso sem gastar com deslocamento.

D) aproximou o serviço público de todos os cidadãos, inclusive dos que não têm conexão estável com a internet.

E) transformou a rotina de advogados e magistrados, mas não alterou o trabalho dos servidores.

Gabarito: C

Comentário: A informação é literal e está no 2º parágrafo: quem mora longe da comarca não precisa mais gastar com deslocamento para acompanhar o caso. As demais alternativas misturam informações verdadeiras do texto (prazos, extravio, transparência, rotina dos profissionais) com uma conclusão que o texto não autoriza: elas exigem localizar o trecho exato.

Fundamento no Texto: 2º parágrafo: "o cidadão que mora longe da comarca já não precisa gastar com deslocamento para acompanhar o seu caso".

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. O 2º parágrafo afirma que o cidadão que mora longe da comarca "já não precisa gastar com deslocamento para acompanhar o seu caso"; os prazos e o extravio são citados como benefícios, mas o deslocamento deixou de ser necessário.

B — Incorreta. O 4º parágrafo diz que muitos tribunais mantêm balcões virtuais e pontos de atendimento presencial; a transparência é citada como benefício para as instituições, sem relação com o fim desses pontos.

D — Incorreta. O 2º parágrafo limita a proximidade "a quem tem conexão estável e familiaridade com a tecnologia", e o 3º afirma que ela "não é igual para todos".

E — Incorreta. O 1º parágrafo diz que o trabalho de "advogados, servidores e magistrados também se transformou".

02

Do 3º parágrafo do Texto, é possível inferir que a facilidade proporcionada pelos sistemas eletrônicos

A) é bem aproveitada pela maior parte da população, embora uma parcela ainda enfrente dificuldades de acesso.

B) beneficia o cidadão que mora longe da comarca, mas se limita aos serviços de consulta de andamentos.

C) obriga os tribunais a manter atendimento presencial, o que representa um retrocesso da inovação.

D) pode, na prática, afastar da Justiça quem não tem internet ou habilidade digital.

E) alcança menos os que têm dificuldade de acesso à internet, por falta de interesse em aprender a usar as ferramentas.

Gabarito: D

Comentário: Ao dizer que a porta aberta "converte-se em muro" para quem não tem acesso à internet ou domínio das ferramentas, o texto sugere que a facilidade pode excluir esse grupo. O texto não afirma que a maior parte da população aproveita a facilidade, nem atribui a exclusão ao desinteresse.

Fundamento no Texto: 3º parágrafo: "Parcela expressiva da população ainda enfrenta dificuldades de acesso à internet ou não domina as ferramentas digitais. Para esses cidadãos, o que deveria ser uma porta aberta converte-se em muro".

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. O 3º parágrafo fala em "parcela expressiva" com dificuldades, sem afirmar que a maior parte da população aproveita a facilidade.

B — Incorreta. O benefício ao cidadão distante vem do 2º parágrafo; o 3º trata de quem fica excluído, e o texto não limita os serviços à consulta de andamentos.

C — Incorreta. O 4º parágrafo diz que os espaços de atendimento "não representam um retrocesso"; além disso, o 3º trata da exclusão, e não do atendimento presencial.

E — Incorreta. O 3º parágrafo atribui a dificuldade à falta de acesso e de domínio das ferramentas ("falta de meios"), e não ao desinteresse.

03

Pelo conjunto do Texto, o autor defende que a tecnologia no serviço público

A) deve vir acompanhada de acolhimento, pois só cumpre seu papel quando ninguém fica de fora.

B) deve avançar com cautela, pois os riscos à segurança dos dados superam os ganhos de eficiência.

C) deve priorizar a eficiência, já que o acolhimento dos usuários cabe a cada cidadão.

D) deve conviver com o atendimento presencial, que continuará sendo a principal via de acesso à Justiça.

E) é valiosa, mas exige treinamento apenas dos servidores, pois os usuários já dominam as ferramentas.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Gabarito: A

Comentário: O ponto de vista aparece sobretudo nos 4º e 6º parágrafos: a inovação só cumpre seu papel quando ninguém fica de fora e as instituições devem unir eficiência e acolhimento. A segurança é apresentada como desafio, não como motivo para limitar a tecnologia.

Fundamento no Texto: 6º parágrafo: "a tecnologia é uma ferramenta valiosa para o serviço público, mas não substitui o compromisso com as pessoas. Cabe às instituições unir eficiência e acolhimento".

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. O 5º parágrafo apresenta a segurança como desafio a enfrentar com treinamento e atenção, e o 6º chama a tecnologia de "valiosa"; o texto não diz que os riscos superam os ganhos.

C — Incorreta. O 6º parágrafo afirma que "cabe às instituições unir eficiência e acolhimento", e não ao cidadão.

D — Incorreta. O 4º parágrafo mantém o atendimento presencial como apoio ao uso dos sistemas; o texto não o apresenta como principal via de acesso.

E — Incorreta. O 5º parágrafo exige "atenção redobrada dos usuários", e o 3º diz que muitos não dominam as ferramentas digitais.

04

No 4º parágrafo, em "Esses espaços não representam um retrocesso", a expressão "Esses espaços" retoma

A) os tribunais que mantêm os sistemas eletrônicos.

B) os servidores que orientam o público a utilizar os sistemas.

C) os sistemas eletrônicos utilizados pelo público.

D) os balcões virtuais e os pontos de atendimento presencial.

E) o ato de criar uma senha ou anexar um documento.

Gabarito: D

Comentário: O pronome demonstrativo "Esses" retoma o termo imediatamente anterior, no mesmo parágrafo: "balcões virtuais e pontos de atendimento presencial". Tribunais, servidores, sistemas e exemplos de ajuda também aparecem no parágrafo, mas nenhum deles é o espaço em que o público é orientado.

Fundamento no Texto: 4º parágrafo: "muitos tribunais mantêm balcões virtuais e pontos de atendimento presencial, nos quais servidores orientam o público [...]. Esses espaços não representam um retrocesso".

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Os tribunais são quem mantém os espaços; os "espaços" são os balcões e os pontos de atendimento.

B — Incorreta. Os servidores atuam nos espaços ("nos quais servidores orientam o público"); não são eles os espaços.

C — Incorreta. Os sistemas são o objeto da orientação, e não os espaços onde ela ocorre.

E — Incorreta. Esse exemplo aparece depois, no mesmo parágrafo, como tipo de ajuda prestada, e não como espaço.

05

No trecho do 3º parágrafo "mas esbarra na falta de meios para exercê-lo", o verbo "esbarra" tem sentido equivalente a

A) limita-se a.

B) encontra obstáculo em.

C) depende de.

D) contorna.

E) resulta de.

Gabarito: B

Comentário: No contexto, o direito é garantido no papel, mas encontra empecilho na falta de meios para ser exercido. "Esbarrar em" tem aqui o sentido de deparar-se com um obstáculo.

Fundamento no Texto: 3º parágrafo: "o direito de buscar a Justiça continua garantido no papel, mas esbarra na falta de meios para exercê-lo" (a conjunção "mas" opõe o direito garantido ao obstáculo).

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. "Limita-se a" indica restrição a determinado alcance, e não dificuldade enfrentada.

C — Incorreta. "Depende de" indicaria condição, e o contexto opõe ("mas") o direito garantido ao obstáculo que o impede.

D — Incorreta. "Contorna" significa passar ao largo do obstáculo, contrário à ideia de que o direito encontra a dificuldade.

E — Incorreta. "Resulta de" indica origem, e não um empecilho ao exercício do direito.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

06

No trecho "Parcela expressiva da população ainda enfrenta dificuldades de acesso à internet" (3º parágrafo), o termo "expressiva" pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

A) considerável.

B) eloquente.

C) enfática.

D) ostensiva.

E) ocasional.

Gabarito: A

Comentário: Ao falar em "parcela expressiva" da população, o texto indica um grupo numeroso, ou seja, considerável. As outras alternativas não combinam com o contexto de quantidade.

Fundamento no Texto: 3º parágrafo: "Parcela expressiva da população ainda enfrenta dificuldades de acesso à internet" ("expressiva", aqui, qualifica uma parcela de tamanho relevante).

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. "Eloquente" liga-se à capacidade de expressar-se bem, sentido que não cabe a uma parcela da população.

C — Incorreta. "Enfática" qualifica o modo de falar ou escrever, e não a quantidade de pessoas.

D — Incorreta. "Ostensiva" indica o que se mostra de forma proposital, e não o tamanho do grupo.

E — Incorreta. "Ocasional" refere-se a ocorrência eventual, e não a quantidade.

07

No trecho "o que deveria ser uma porta aberta converte-se em muro" (3º parágrafo), o autor recorre a

A) uma comparação, que aproxima a Justiça de um muro por meio de conectivo.

B) uma ironia, que afirma o contrário do que pretende dizer.

C) um eufemismo, que suaviza a ideia de exclusão digital.

D) uma metáfora, que identifica o obstáculo burocrático a um muro.

E) uma personificação, que atribui ação humana ao direito de buscar a Justiça.

Gabarito: D

Comentário: Há metáfora: a dificuldade de acesso é apresentada diretamente como "muro" (e a facilidade prometida como "porta aberta"), sem conectivo comparativo. O sentido é figurado, não literal.

Fundamento no Texto: 3º parágrafo: "o que deveria ser uma porta aberta converte-se em muro" (identificação direta, sem "como", entre o obstáculo e o muro).

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Na comparação haveria conectivo ("como", "tal qual"), ausente no trecho.

B — Incorreta. Não há ironia: o autor diz exatamente o que pensa, em tom de crítica.

C — Incorreta. Muro e porta são imagens fortes, que intensificam a exclusão em vez de suavizá-la.

E — Incorreta. Não há atribuição de ação humana: o trecho identifica a dificuldade de acesso a um muro.

08

No início do 3º parágrafo, a conjunção "contudo" estabelece, em relação ao que foi dito no 2º parágrafo, uma ideia de

A) causa.

B) explicação.

C) conclusão.

D) condição.

E) oposição.

Gabarito: E

Comentário: O 2º parágrafo diz que o serviço público nunca esteve tão próximo; o 3º opõe a isso que a proximidade não é igual para todos. "Contudo" é conjunção adversativa, equivalente a "porém" e "no entanto".

Fundamento no Texto: 3º parágrafo: "Essa proximidade, contudo, não é igual para todos" (opõe-se à ideia de proximidade do serviço público, no parágrafo anterior).

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Não há causa: o 3º parágrafo não explica por que o serviço está próximo.

B — Incorreta. Explicação seria introduzida por "pois" ou "porque", e o trecho contraria o anterior.

C — Incorreta. A conclusão aparece nos conectores "por isso" (4º) e "em síntese" (6º), não em "contudo".

D — Incorreta. Condição seria introduzida por "se" ou "caso", ideia ausente no trecho.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

09

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está de acordo com a norma-padrão.

A) Existe muitos processos aguardando distribuição no cartório.

B) Houveram várias audiências adiadas neste semestre.

C) Mais de um servidor foram removidos para o fórum central.

D) Aluga-se salas para a realização de audiências virtuais.

E) Divulgaram-se, na semana passada, os nomes dos candidatos aprovados.

Gabarito: E

Comentário: Em “divulgaram-se os nomes”, o “se” é apassivador e o verbo concorda com o sujeito paciente “os nomes dos candidatos aprovados”, no plural.

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, cap. 12 (Concordância verbal), item 12.3: “Os verbos transitivos diretos ou os transitivos diretos e indiretos, quando apassivados pelo pronome “se”, concordam com o sujeito.” “Divulgaram-se os gabaritos.”

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. “existir” flexiona normalmente (“Existem muitos processos”). Fonte: “O verbo “existir”, sim, flexiona-se normalmente: “Existem muitos candidatos inscritos nesse concurso”.”

B — Incorreta. “haver” no sentido de existir ou ocorrer fica no singular (“Houve várias audiências”). Fonte: “o verbo “haver”, quando empregado com o sentido de “existir”, “ocorrer”, “acontecer”, fica no singular, independentemente do tempo verbal.”

C — Incorreta. com “mais de um”, o verbo concorda com o numeral que vem à frente (“foi removido”). Fonte: “Quando o sujeito for iniciado por uma dessas expressões, o verbo concordará com o numeral que vier imediatamente à frente.” “Mais de um estudante se machucou na manifestação.”

D — Incorreta. com o “se” apassivador, o verbo concorda com o sujeito (“Alugam-se salas”). Fonte: “Vendem-se livros e apostilas.”

10

Assinale a alternativa em que a regência verbal está de acordo com a norma-padrão.

A) Os servidores aspiram o cargo de chefia do cartório.

B) Os advogados assistiram o julgamento na sessão plenária.

C) O escrevente obedeceu as ordens do juiz.

D) Todos os candidatos aspiravam a uma vaga no Tribunal.

E) O cidadão foi no fórum para protocolar a petição.

Gabarito: D

Comentário: “Aspirar”, no sentido de almejar, exige a preposição “a”: “aspiravam a uma vaga”. As demais alternativas omitem a preposição exigida pelo verbo ou empregam “em” com o verbo “ir”.

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, cap. 9 (Complemento verbal), item 9.2 (Objeto indireto): ““Aspirar” será VTI, com a preposição “a”, quando significar “almejar”, “objetivar”.”

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. no sentido de almejar, “aspirar” é transitivo indireto (“aspiram ao cargo”). Fonte: ““Aspirar” será VTI, com a preposição “a”, quando significar “almejar”, “objetivar”.”

B — Incorreta. “assistir”, no sentido de ver, exige “a” (“assistiram ao julgamento”). Fonte: ““Assistir” será VTI, com a preposição “a”, quando significar “ver” ou “ter direito”.”

C — Incorreta. “obedecer” é sempre transitivo indireto (“obedeceu às ordens”). Fonte: ““Obedecer” e “desobedecer” são sempre VTI, com a preposição “a”.”

E — Incorreta. na língua culta, “ir” rege “a” ou “para” (“foi ao fórum”). Fonte: “Na língua culta, porém, o verbo “ir” rege as preposições “a” e “para”: “Fui ao cinema”, “Ele foi para a Grécia”.”

11

Assinale a alternativa em que o acento grave indicativo de crase está empregado de acordo com a norma-padrão.

A) O escrevente entregou os autos à qualquer das partes.

B) O juiz começou à ler a sentença em voz alta.

C) Os advogados chegaram ao fórum à pé.

D) O oficial caminhou até à porta da sala de audiências.

E) O pagamento da multa poderá ser feito à vista, mediante guia.

Gabarito: E

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Comentário: “À vista” é locução adverbial formada por substantivo feminino, e nela se usa o acento grave. As demais alternativas apresentam crase diante de pronome indefinido, de verbo, de palavra masculina e depois de “até”.

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, capítulo Crase, item 5.1 (Regras práticas): “Em locuções adverbiais diante de nomes femininos (à vontade, às vezes, à vista), usa-se o acento.”

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. não há crase diante de pronome indefinido (“qualquer”). Fonte: “pronome indefinido (cada, alguma, alguém, toda, qualquer, ambas). Nesses casos, é óbvio que não há crase.”

B — Incorreta. não há crase diante de verbo. Fonte: “Há palavras que não admitem a anteposição do artigo, tais como verbo, advérbio, artigo indefinido (um, uma)”

C — Incorreta. não há crase em locução com palavra masculina (“a pé”). Fonte: “não existe o acento grave na preposição “a” de locuções como “a contento”, “a gosto”, “a exemplo”, “a fundo”, “a lápis”, “a pé”, “a prazo” etc.”

D — Incorreta. não se usa crase depois de “até”. Fonte: “jamais deve-se utilizar crase com a preposição “até”, que pode exercer função de “a”.”

12

Assinale a alternativa em que a colocação do pronome está de acordo com a norma-padrão.

A) Ninguém me avisou que a audiência havia sido adiada.

B) Informou que o escrevente entregou-lhe a certidão ontem.

C) O prazo que encerrou-se ontem foi prorrogado.

D) Nunca entregaram-lhe a intimação pessoalmente.

E) Lhe entregarei a certidão amanhã.

Gabarito: A

Comentário: A palavra de sentido negativo “ninguém” atrai o pronome para antes do verbo (próclise): “ninguém me avisou”. Nas demais, a conjunção subordinativa, o pronome relativo e o advérbio de negação pedem próclise, e a frase não pode ser iniciada por pronome oblíquo átono.

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, cap. 5 (Colocação pronominal: ênclise, próclise e mesóclise), item 5.1 (Próclise): “Palavras com sentido negativo:” “Ninguém me falou que a prova seria amanhã.”

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. depois de conjunção subordinativa, usa-se a próclise (“que lhe entregou”). Fonte: “Conjunção subordinativa:” “Vamos estabelecer o plano de estudo, conforme lhe avisaram.”

C — Incorreta. depois de pronome relativo, usa-se a próclise (“que se encerrou”). Fonte: “Pronomes relativos:” “A aluna que me mostrou a matéria não veio hoje.”

D — Incorreta. o advérbio de negação “nunca” atrai o pronome (“nunca lhe entregaram”). Fonte: “Advérbios:” “Sempre me falaram que a professora era uma especialista.”

E — Incorreta. a frase não deve ser iniciada por pronome oblíquo átono, e o verbo no futuro admite a mesóclise (“Entregar-lhe-ei”). Fonte: “lembre-se de que ela não aceita orações iniciadas com pronomes oblíquos átonos.” “Dar-lhe-ei dicas infalíveis para passar em concursos.”

13

Assinale a alternativa em que a pontuação está de acordo com a norma-padrão.

A) O escrevente, entregou ao advogado a certidão solicitada.

B) Doutor Paulo, o juiz da vara assinou a sentença ontem.

C) Os autos, a petição e o laudo, foram juntados ao processo.

D) Na semana passada, o escrevente Carlos, responsável pelo cartório, entregou as certidões, isto é, os documentos solicitados.

E) Foram convocados os candidatos Ana, Pedro e, Marta, para a audiência.

Gabarito: D

Comentário: Estão corretamente isolados o adjunto adverbial antecipado (“Na semana passada”), o aposto (“responsável pelo cartório”) e a expressão explicativa (“isto é”), sem vírgula entre sujeito e verbo.

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, cap. 4 (Pontuação), item 4.1.1 (Vírgula): “para isolar o adjunto adverbial antecipado:” “Ontem à noite, estudei até entender o assunto.” “para isolar o aposto:” “Alexandra, a fiscal da sala, não desviou o olhar dos candidatos.” “para isolar palavras e expressões

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

explicativas (“a saber”, “por exemplo”, “isto é”, “ou melhor”, “aliás”, “além disso” etc.):”

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. a vírgula separa o sujeito do verbo. Fonte: “Não se separa o sujeito do predicado”

B — Incorreta. a vírgula separa o sujeito do verbo, e o aposto “o juiz da vara” fica sem a segunda vírgula. Fonte: “Não se separa o sujeito do predicado” “Alexandra, a fiscal da sala, não desviou o olhar dos candidatos.”

C — Incorreta. a vírgula separa o sujeito composto do verbo. Fonte: “Não se separa o sujeito do predicado”

E — Incorreta. os itens da enumeração ligados por “e” não levam vírgula antes do último termo. Fonte: “Separam-se por vírgula itens de uma enumeração não ligados por conjunção”

14

Assinale a alternativa em que o emprego do pronome de tratamento e a concordância verbal estão de acordo com a norma-padrão.

A) Vossa Senhoria desejais examinar os autos agora?

B) Vossas Excelências deseja examinar os autos agora?

C) Vossa Excelência desejam examinar os autos agora?

D) Vossas Senhorias desejais examinar os autos agora?

E) Vossas Excelências desejam examinar os autos agora?

Gabarito: E

Comentário: Com pronome de tratamento no plural, o verbo fica na terceira pessoa do plural (“desejam”). Nas demais, o verbo está na segunda pessoa do plural ou não concorda com o pronome.

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, cap. 12 (Concordância verbal), “Pronomes de tratamento”: “Mas, se o pronome de tratamento estiver no plural, o verbo ficará na terceira pessoa do plural.” “Vossas Excelências desejam”

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o verbo não deve ir para a segunda pessoa do plural (“deseja”). Fonte: “Tome cuidado para não flexionar o verbo na segunda pessoa do plural (vós).”

B — Incorreta. pronome no plural exige verbo no plural (“desejam”). Fonte: “Mas, se o pronome de tratamento estiver no plural, o verbo ficará na terceira pessoa do plural.”

C — Incorreta. pronome no singular exige verbo no singular (“deseja”). Fonte: “deve-se deixar o verbo na terceira pessoa do singular se o pronome estiver no singular.”

D — Incorreta. o verbo não deve ir para a segunda pessoa do plural (“desejam”). Fonte: “Tome cuidado para não flexionar o verbo na segunda pessoa do plural (vós).”

15

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está de acordo com a norma-padrão.

A) Seguem anexo à petição os documentos solicitados.

B) As partes ficaram quite com o pagamento das custas.

C) As advogadas agradeceram ao juiz: “Muito obrigado, excelência”.

D) Uma e outra testemunhas foram ouvidas na audiência.

E) As próprias escreventes conferiram os autos, e elas mesmas assinaram a certidão.

Gabarito: E

Comentário: “Próprias” e “mesmas” concordam em gênero e número com o termo a que se referem (“as escreventes”, “elas”).

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, cap. 17 (Concordância nominal), item 17.1 (Casos especiais): “As palavras “obrigado”, “mesmo” e “próprio” concordam com o substantivo ou com o pronome a que se referem, ou seja, se o substantivo for feminino plural, usam-se “mesmas”, “próprias” e “obrigadas”.” “Elas mesmas disseram, em coro: “Muito obrigadas, professor”.”

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. “anexo” concorda com o substantivo (“anexos”). Fonte: “As palavras “quite”, “anexo” e “incluso” concordam com o substantivo a que se referem.”

B — Incorreta. “quite” concorda com o substantivo (“quites”). Fonte: “As palavras “quite”, “anexo” e “incluso” concordam com o substantivo a que se referem.”

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

C — Incorreta. “obrigado” concorda com quem fala (“obrigadas”). Fonte: “Elas mesmas disseram, em coro: “Muito obrigadas, professor”.”

D — Incorreta. depois de “uma e outra”, o substantivo fica no singular (“Uma e outra testemunha”). Fonte: “Se as expressões “um e outro” e “nem um nem outro” estiverem seguidas de um substantivo, este permanece no singular.”

16

No trecho “A sala onde ocorreu a audiência foi interditada.”, o termo “onde” pode ser substituído, sem prejuízo do sentido e da norma-padrão, por

A) cuja.

B) na qual.

C) a qual.

D) da qual.

E) pela qual.

Gabarito: B

Comentário: “Onde” equivale a “em que” e, portanto, a “na qual”, referindo-se ao lugar “sala”. As demais substituições mudam a preposição ou empregam “cuja”, que indica posse.

Fundamento Gramatical: COELHO, Murilo Oliveira de Castro. Português para concursos. Universo dos Livros, 2014, capítulo Pronomes, pronome relativo “onde”: ““Onde” só é pronome relativo quando equivale a “em que”.” “deve-se preferir “em que”, “no qual”, “na qual”, “nos quais”, “nas quais”.”

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. “cuja” indica posse e exige o substantivo seguinte, sem artigo. Fonte: “Construções como “A professora cuja a aula foi aplaudida…” ou “O professor, cujo o pai é diretor da escola…” estão erradas! Em vez disso, basta dizer “cuja aula” ou “cujo pai”.”

C — Incorreta. “a qual”, sem preposição, não equivale a “em que”. Fonte: ““Onde” só é pronome relativo quando equivale a “em que”.”

D — Incorreta. “da qual” equivaleria a “de que”, não a “em que”. Fonte: ““Onde” só é pronome relativo quando equivale a “em que”.”

E — Incorreta. “pela qual” equivaleria a “por que”, não a “em que”. Fonte: ““Onde” só é pronome relativo quando equivale a “em que”.”

BLOCO II — DIREITO

Direito Constitucional (17 a 21)

17

O edital de um concurso público para o cargo de escrevente fixou prazo de validade de um ano, contado da homologação do resultado. Nos termos do art. 37 da Constituição Federal, esse prazo

A) poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que a prorrogação seja autorizada pelo Poder Legislativo.

B) poderá ser prorrogado por duas vezes, por períodos iguais ao original, até o limite de três anos.

C) poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, de modo que a validade total será de até dois anos.

D) não poderá ser prorrogado, pois a Constituição fixa em dois anos um prazo único e improrrogável.

E) poderá ser prorrogado uma vez, por até dois anos, independentemente do prazo originalmente fixado.

Gabarito: C

Comentário: O art. 37, III, fixa a validade do concurso em até dois anos, prorrogável uma única vez, por igual período. Se o edital estabeleceu um ano, a prorrogação é possível uma vez e por mais um ano, pois o período prorrogado é igual ao original.

Fundamento Legal: CF, art. 37, III: "o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;"

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. O inciso III não condiciona a prorrogação à autorização do Poder Legislativo; diz apenas "prorrogável uma vez, por igual período".

B — Incorreta. O inciso III admite uma única prorrogação ("prorrogável uma vez"), e não duas.

D — Incorreta. Erra ao tornar o prazo improrrogável; o inciso III diz que o prazo é "prorrogável uma vez" e fixa apenas o limite de até dois anos.

E — Incorreta. Erra ao desvincular a prorrogação do prazo original; a prorrogação é "por igual período", isto é, de um ano neste caso.

18

Policiais, sem ordem judicial e sem o consentimento do morador, pretendem ingressar na residência de Tício. Com base no art. 5º, XI, da Constituição Federal, é correto afirmar que

A) a determinação da autoridade policial, durante o dia, legitima o ingresso sem o consentimento do morador.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

B) a determinação judicial permite o ingresso sem o consentimento do morador a qualquer hora do dia ou da noite.

C) o consentimento do morador só dispensa a ordem judicial durante o dia; à noite, o ingresso depende de determinação judicial.

D) o ingresso é permitido, a qualquer hora do dia ou da noite, em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro.

E) o flagrante delito autoriza o ingresso durante o dia ou à noite, mas o desastre e o socorro só o autorizam durante o dia.

Gabarito: D

Comentário: A casa é asilo inviolável. As hipóteses de flagrante delito, desastre e socorro valem a qualquer hora, enquanto a determinação judicial é a única que a Constituição limita ao período do dia. A pegadinha da banca é trocar a autoridade (judicial x policial) e estender a restrição do dia às demais hipóteses.

Fundamento Legal: CF, art. 5º, XI: "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;"

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Erra ao trocar a autoridade; a exceção do dia exige "determinação judicial", não ordem da autoridade policial.

B — Incorreta. Erra ao dizer que a ordem judicial vale a qualquer hora; o inciso XI a limita ao período do dia.

C — Incorreta. Com o consentimento do morador o ingresso é livre, sem limite de horário; a restrição ao dia vale apenas para a determinação judicial.

E — Incorreta. Flagrante delito, desastre e socorro autorizam o ingresso a qualquer hora; só a determinação judicial se limita ao período do dia.

19

Mévio, servidor estável, foi demitido e, por sentença judicial, a demissão foi invalidada. Considerando o art. 41 da Constituição Federal, é correto afirmar que Mévio

A) será reintegrado, e o ocupante da vaga, ainda que estável, será exonerado com direito a indenização.

B) será reintegrado, e o ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

C) será reintegrado somente após novo processo administrativo, no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

D) será reintegrado, e o ocupante da vaga, se estável, será necessariamente posto em disponibilidade com remuneração integral.

E) terá direito à indenização, cabendo ao ocupante da vaga a reintegração, por já ter adquirido estabilidade.

Gabarito: B

Comentário: O art. 41, § 2º, trata do efeito da invalidação judicial da demissão: o demitido é reintegrado e o ocupante da vaga, se estável, volta ao cargo de origem sem indenização, ou é aproveitado em outro cargo ou colocado em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Fundamento Legal: CF, art. 41, § 2º: "Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Erra ao prever exoneração com indenização do ocupante da vaga; o § 2º diz "sem direito a indenização" e prevê recondução ou aproveitamento.

C — Incorreta. Erra ao exigir novo processo administrativo; o § 2º determina a reintegração em decorrência da própria sentença que invalidou a demissão.

D — Incorreta. Erra ao tornar a disponibilidade a única solução e com remuneração integral; ela é uma das alternativas e a remuneração é proporcional ao tempo de serviço.

E — Incorreta. Erra ao inverter as posições; quem é reintegrado é o servidor demitido, e o ocupante da vaga não tem direito a indenização.

20

Pedro nasceu no Brasil, filho de pais estrangeiros, nenhum dos quais estava a serviço de seu país de origem. Nos termos do art. 12 da Constituição Federal, Pedro é

A) brasileiro naturalizado, pois seus pais são estrangeiros.

B) brasileiro nato, pois nasceu na República Federativa do Brasil.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

C) estrangeiro, até que requeira a nacionalidade brasileira ao atingir a maioridade.

D) brasileiro naturalizado, caso seus pais residam no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos.

E) brasileiro nato, mas deverá optar pela nacionalidade brasileira depois de atingida a maioridade.

Gabarito: B

Comentário: São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país. A opção pela nacionalidade é exigida de quem nasceu no estrangeiro, e a residência por mais de quinze anos é requisito de uma das hipóteses de naturalização.

Fundamento Legal: CF, art. 12: "São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;" e, no inciso II, b: "os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira." Inciso I, c: "os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira".

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Erra porque o art. 12, I, a, atribui a condição de brasileiro nato a quem nasce no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, se estes não estiverem a serviço de seu país.

C — Incorreta. Erra porque o requerimento da nacionalidade é uma das vias de naturalização (art. 12, II, b), e Pedro já é brasileiro nato.

D — Incorreta. Os quinze anos ininterruptos de residência são requisito da naturalização do art. 12, II, b, e se referem ao próprio estrangeiro que a requer; Pedro é nato pelo art. 12, I, a.

E — Incorreta. A opção depois da maioridade é exigida dos nascidos no estrangeiro (art. 12, I, c); Pedro nasceu no Brasil e não precisa optar.

21

Segundo o art. 7º da Constituição Federal, entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais está o

A) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

B) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de sessenta dias, nos termos da lei.

C) pagamento do serviço extraordinário com acréscimo mínimo de vinte por cento sobre a remuneração do normal.

D) pagamento do trabalho noturno em valor igual ao do trabalho diurno, salvo previsão em acordo coletivo.

E) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em lei ordinária.

Gabarito: A

Comentário: O inciso XVII do art. 7º assegura férias anuais remuneradas com, no mínimo, um terço a mais que o salário normal. As demais alternativas alteram prazo ou percentual (aviso prévio de 30 dias, hora extra de 50%) ou invertem regra e exceção.

Fundamento Legal: CF, art. 7º, XVII: "gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;"

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. Erra no prazo; o inciso XXI prevê aviso prévio "no mínimo de trinta dias", e não de sessenta.

C — Incorreta. Erra no percentual; o inciso XVI exige acréscimo "no mínimo, em cinquenta por cento".

D — Incorreta. Erra ao igualar as remunerações; o inciso IX exige remuneração do trabalho noturno "superior à do diurno".

E — Incorreta. O art. 7º, VI, ressalva a redução prevista em "convenção ou acordo coletivo", e não em lei ordinária.

Direito Penal (22 a 25)

22

Tício, escrevente de uma unidade do Poder Judiciário, não tem a guarda de um notebook pertencente à repartição. Valendo-se do livre acesso à sala que lhe proporciona a qualidade de servidor, leva o equipamento para sua casa, em proveito próprio. Nesse caso, Tício responde por

A) furto simples, pois não tinha a posse do bem em razão do cargo.

B) peculato culposo, pois concorreu culposamente para a perda do equipamento.

C) peculato, pois, embora sem a posse do bem, o subtraiu valendo-se de facilidade proporcionada pela qualidade de funcionário.

D) peculato mediante erro de outrem, pois recebeu o equipamento no exercício do cargo.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

E) apropriação indébita, pois o bem pertence à administração e foi retirado sem violência.

Gabarito: C

Comentário: O art. 312, § 1º, equipara ao peculato a conduta do funcionário que, mesmo sem a posse do bem, o subtrai valendo-se da facilidade que a função lhe dá (peculato-furto). A qualidade de funcionário afasta o furto comum, e não houve recebimento por erro nem culpa.

Fundamento Legal: CP, art. 312, § 1º: "Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Erra porque a facilidade proporcionada pela qualidade de funcionário desloca a conduta para o peculato do art. 312, § 1º, e afasta o furto simples.

B — Incorreta. Erra porque o peculato culposo (art. 312, § 2º) exige concurso culposo para crime de outrem, e aqui há subtração dolosa.

D — Incorreta. Erra porque o art. 313 exige apropriação do que o agente "recebeu por erro de outrem", o que não ocorreu.

E — Incorreta. Erra porque o agente não tinha a posse do bem; a apropriação com posse seria o caput do art. 312, e a subtração com facilidade é a do § 1º.

23

Mévio foi nomeado para cargo público, mas ainda não entrou em exercício. Antes de assumir a função, exige de um particular determinada quantia em dinheiro para, depois de empossado, agilizar um processo de interesse dele. Nessa situação, Mévio pratica

A) corrupção passiva, pois solicitar vantagem indevida em razão da função configura o crime ainda que antes de assumi-la.

B) tráfico de influência, pois ainda não exercia a função pública.

C) estelionato, pois obteve vantagem mediante induzimento do particular a erro.

D) concussão, pois exigir vantagem indevida em razão da função configura o crime mesmo antes de assumi-la.

E) nenhum crime funcional, pois o tipo exige que o agente já esteja no exercício da função.

Gabarito: D

Comentário: A concussão consiste em exigir vantagem indevida, e o art. 316 deixa claro que o crime existe ainda que a exigência ocorra fora da função ou antes de assumi-la, desde que em razão dela. A diferença para a corrupção passiva está no verbo: exigir (concussão) x solicitar ou receber (corrupção).

Fundamento Legal: CP, art. 316: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Na corrupção passiva (art. 317) o agente solicita ou recebe a vantagem; Mévio a exigiu, verbo que caracteriza a concussão (art. 316).

B — Incorreta. Erra porque o tráfico de influência (art. 332) trata de vantagem sob pretexto de influir em ato de funcionário, e aqui o próprio agente exige em razão de sua futura função.

C — Incorreta. Erra porque não há emprego de artifício ou ardil; há exigência de vantagem em razão da função, tipificada no art. 316.

E — Incorreta. Erra porque o art. 316 prevê expressamente a exigência "antes de assumi-la", dispensando o efetivo exercício.

24

Tício, por meio de carta anônima enviada à polícia, imputou falsamente a Mévio a prática de um crime, sabendo-o inocente, e com isso deu causa à instauração de inquérito policial contra ele. Nos termos do Código Penal, Tício responde por

A) calúnia, pois imputou falsamente fato definido como crime, sem pena especial para o anonimato.

B) comunicação falsa de crime, de detenção, pois apenas provocou a ação da autoridade.

C) denunciação caluniosa, com pena diminuída de metade, pois valeu-se de anonimato.

D) denunciação caluniosa, que só se consuma com a instauração de processo judicial, não bastando o inquérito policial.

E) denunciação caluniosa, com pena aumentada de sexta parte, pois se serviu de anonimato ou de nome suposto.

Gabarito: E

Comentário: O art. 339 pune quem dá causa à instauração de inquérito policial (entre outros procedimentos) imputando crime a quem sabe inocente.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

O § 1º aumenta a pena de sexta parte se o agente se serve de anonimato ou nome suposto; a diminuição de metade (§ 2º) é só para imputação de contravenção.

Fundamento Legal: CP, art. 339: "Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente:"; § 1º: "A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Erra porque a conduta, ao dar causa a inquérito contra pessoa determinada, é denunciação caluniosa (art. 339), e o anonimato é causa de aumento do § 1º.

B — Incorreta. Erra porque a comunicação falsa de crime (art. 340) não imputa o fato a pessoa determinada nem exige instauração de inquérito contra alguém.

C — Incorreta. Erra ao inverter o efeito; o anonimato aumenta a pena de sexta parte (§ 1º), e a diminuição de metade (§ 2º) só ocorre se a imputação é de contravenção.

D — Incorreta. Erra porque o art. 339 consuma-se com a instauração de inquérito policial, entre outros procedimentos, e não exige processo judicial.

25

Tício, particular, aproveitando-se de um descuido, subtraiu um processo que estava sob a custódia do escrivão do cartório, funcionário público, em razão do ofício. Não houve violência nem outro crime mais grave. Nos termos do Código Penal, a conduta de Tício configura

A) furto simples, pois o processo é coisa alheia móvel, e não há crime específico para essa conduta.

B) extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento, pois a figura exige apenas a custódia do documento.

C) subtração ou inutilização de livro ou documento, punida com reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

D) inutilização de edital ou de sinal, punida com detenção, de um mês a um ano, ou multa.

E) fato atípico, pois o crime só pode ser praticado por funcionário público que tenha a guarda do documento.

Gabarito: C

Comentário: O art. 337 pune quem subtrai ou inutiliza processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, e pode ser praticado por qualquer pessoa. O art. 314, ao contrário, alcança quem tem a guarda do documento em razão do cargo, e o art. 336 protege edital e selo ou sinal.

Fundamento Legal: CP, art. 337: "Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:" "Pena - reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Erra porque a subtração de processo confiado à custódia de funcionário se enquadra no art. 337, tipo próprio para esse fato.

B — Incorreta. Erra porque o art. 314 trata de quem extravia, sonega ou inutiliza documento "de que tem a guarda em razão do cargo", o que não é o caso de Tício, particular.

D — Incorreta. Erra porque o art. 336 trata de edital afixado por ordem de funcionário e de selo ou sinal; a subtração de processo é o crime do art. 337.

E — Incorreta. Erra porque o art. 337 não exige qualidade especial do autor: qualquer pessoa pode subtrair o processo confiado à custódia de funcionário.

Direito Processual Penal (26 a 30)

26

Em ação penal pública, o acusado oculta-se para não ser citado e o oficial de justiça certifica a ocorrência, procedendo à citação com hora certa. Em outro processo, o acusado é citado por edital. Segundo o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) citado por edital, o acusado que não comparecer nem constituir advogado terá o processo seguido à revelia, com nomeação de defensor dativo.

B) completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

C) o prazo do edital de citação será contado do dia em que o juiz determinar a sua expedição, independentemente de publicação ou afixação.

D) estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, será citado por edital, sem suspensão do curso do prazo de prescrição.

E) comparecendo o acusado citado por edital, o processo observará o rito dos arts. 394 e seguintes somente se o comparecimento ocorrer no prazo do edital.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Gabarito: B

Comentário: A citação com hora certa é a resposta da lei ao réu que se oculta. Completada, o não comparecimento leva à nomeação de defensor dativo, e o processo segue. Já a citação por edital sem comparecimento suspende o processo e a prescrição, regra que a banca costuma inverter.

Fundamento Legal: CPP, art. 362, parágrafo único: "Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. pelo art. 366, citado por edital sem comparecer nem constituir advogado, ficam suspensos o processo e o curso do prazo prescricional; não há revelia com prosseguimento.

C — Incorreta. pelo art. 365, V, o prazo é contado do dia da publicação do edital na imprensa, se houver, ou da sua afixação.

D — Incorreta. pelo art. 368, o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, é citado por carta rogatória, com suspensão do prazo de prescrição até o cumprimento.

E — Incorreta. pelo art. 363, § 4º, o comparecimento do acusado citado por edital, em qualquer tempo, leva à observância dos arts. 394 e seguintes.

27

Quanto ao impedimento e à suspeição do juiz no processo penal, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) o fato de o juiz ser amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes configura hipótese de impedimento, e não de suspeição.

B) a suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida quando a parte injuriar o juiz ou, de propósito, der motivo para criá-la.

C) o juiz que tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se sobre a questão, será considerado suspeito, e não impedido.

D) o impedimento decorrente de parentesco por afinidade cessa pela dissolução do casamento que lhe deu causa, mesmo que tenha sobrevindo descendente.

E) nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes parentes entre si, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, inclusive.

Gabarito: B

Comentário: O art. 256 impede que a parte provoque a suspeição de propósito, o que seria autêntico abuso. Memorize a separação: o art. 252 trata do impedimento (funções anteriores e interesse) e o art. 254 da suspeição (afeto, desafeto, interesse econômico).

Fundamento Legal: CPP, art. 256: "A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. amizade íntima ou inimizade capital é hipótese de suspeição (art. 254, I), não de impedimento.

C — Incorreta. ter funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se sobre a questão, é caso de impedimento (art. 252, III).

D — Incorreta. o art. 255 ressalva a hipótese de sobrevir descendente: nesse caso o impedimento por afinidade não cessa com a dissolução do casamento.

E — Incorreta. o art. 253 veda a participação dos juízes parentes entre si até o terceiro grau, inclusive, e não apenas até o segundo.

28

Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia, o juiz a recebe e ordena a citação do acusado. Considerando a resposta à acusação, é correto afirmar que

A) não apresentada a resposta no prazo legal, o juiz nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por dez dias.

B) a resposta deve ser apresentada por escrito no prazo de cinco dias, contados da citação, sendo vedado arrolar testemunhas nessa peça.

C) a exceção arguida na resposta é processada nos mesmos autos, o que suspende o andamento da ação penal até a decisão.

D) o juiz deverá absolver sumariamente o acusado se houver causa manifesta de excludente de culpabilidade, inclusive na hipótese de inimputabilidade.

E) no caso de citação por edital, o prazo para a defesa começa a fluir da data da publicação do edital na imprensa.

Gabarito: A

Comentário: Se o acusado não responde, a ação não fica sem defesa: o juiz nomeia defensor, que terá vista por 10 dias (art. 396-A, § 2º). O prazo da resposta é de 10 dias, e a resposta é o momento de arrolar testemunhas.

Fundamento Legal: CPP, art. 396-A, § 2º: "Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz nomeará defensor

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias."

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. o prazo é de 10 dias (art. 396) e a resposta pode arrolar testemunhas, qualificando-as (art. 396-A, caput).

C — Incorreta. a exceção é processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 (art. 396-A, § 1º).

D — Incorreta. o art. 397, II, ressalva a inimputabilidade; a excludente de culpabilidade autoriza a absolvição sumária, salvo inimputabilidade.

E — Incorreta. no caso de citação por edital, o prazo começa a fluir do comparecimento pessoal do acusado ou do defensor constituído (art. 396, parágrafo único).

29

No procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, na fase de formação da culpa e na preparação do plenário, é correto afirmar que

A) o procedimento da primeira fase será concluído no prazo máximo de 120 dias.

B) contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.

C) impronunciado o acusado, fica vedada a formulação de nova denúncia, ainda que surja prova nova, pois há coisa julgada material.

D) as partes poderão arrolar, no prazo de cinco dias, até o máximo de oito testemunhas para depor em plenário.

E) a intimação da decisão de pronúncia será pessoal, vedada a intimação por edital do acusado solto que não for encontrado.

Gabarito: B

Comentário: Impronúncia e absolvição sumária desafiam apelação (art. 416); só a pronúncia desafia recurso em sentido estrito. A impronúncia não faz coisa julgada material, e os números (90 dias, 5 testemunhas) são os alvos preferidos de troca.

Fundamento Legal: CPP, art. 416: "Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 412 fixa o prazo máximo de 90 (noventa) dias, e não 120.

C — Incorreta. o art. 414, parágrafo único, permite nova denúncia ou queixa se houver prova nova, enquanto não extinta a punibilidade.

D — Incorreta. o art. 422 limita o rol de testemunhas de plenário a, no máximo, 5 (cinco).

E — Incorreta. o art. 420, parágrafo único, determina que será intimado por edital o acusado solto que não for encontrado.

30

No procedimento sumaríssimo perante o Juizado Especial Criminal, regulado pela Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que

A) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, julgada por turma composta de três desembargadores do Tribunal de Justiça.

B) a apelação será interposta no prazo de cinco dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor.

C) o acusado ausente, citado na forma da lei, deve trazer suas testemunhas ou requerer a intimação delas com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

D) aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa.

E) quando for imprescindível a presença de quem deva comparecer, o ato será adiado, para que se providencie a sua intimação pessoal.

Gabarito: D

Comentário: Na audiência do JECrim a defesa fala antes do recebimento da denúncia (art. 81). A ordem é: resposta do defensor, decisão sobre o recebimento, oitiva da vítima e testemunhas, interrogatório, debates e sentença, tudo em audiência.

Fundamento Legal: Lei 9.099/1995, art. 81: "Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 82 prevê turma composta de três juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

B — Incorreta. o art. 82, § 1º, fixa o prazo de dez dias para a apelação.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

C — Incorreta. o art. 78, § 1º, exige a providência no mínimo cinco dias antes da audiência.

E — Incorreta. o art. 80 dispõe que nenhum ato será adiado, determinando o juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva.

Direito Processual Civil (31 a 35)

31

Em ação em que foi concedida tutela cautelar requerida em caráter antecedente e efetivada a medida, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

A) a decisão que concede a tutela antecipada estabilizada faz coisa julgada material entre as partes, não podendo ser revista.

B) concedida a tutela antecipada antecedente, o autor deverá aditar a petição inicial no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do processo.

C) o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de trinta dias, nos mesmos autos e sem adiantamento de novas custas processuais.

D) a tutela de urgência de natureza antecipada será concedida mesmo diante de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

E) a tutela da evidência será concedida quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa, desde que demonstrado o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Gabarito: C

Comentário: Efetivada a cautelar antecedente, o autor tem 30 dias para o pedido principal (art. 308), apresentado nos mesmos autos e sem novas custas. Não deduzido o pedido no prazo, cessa a eficácia da tutela (art. 309, I).

Fundamento Legal: CPC, art. 308: "Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 304, § 6º, afirma que a decisão que concede a tutela não fará coisa julgada.

B — Incorreta. o art. 303, § 1º, I, prevê o aditamento em 15 (quinze) dias ou outro prazo maior que o juiz fixar.

D — Incorreta. o art. 300, § 3º, veda a tutela antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

E — Incorreta. o art. 311 afirma que a tutela da evidência será concedida "independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo".

32

Em relação aos prazos processuais, é correto afirmar, segundo o Código de Processo Civil, que

A) será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

B) a contagem em dias úteis aplica-se também aos prazos de direito material, como os de prescrição e decadência.

C) os litisconsortes com procuradores de escritórios distintos têm prazo em dobro, mesmo nos processos em autos eletrônicos.

D) o juiz proferirá as sentenças no prazo de vinte dias e as decisões interlocutórias no prazo de dez dias.

E) durante a suspensão dos prazos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, os juízes e os auxiliares da Justiça ficam dispensados de exercer suas atribuições.

Gabarito: A

Comentário: O ato praticado antes do início do prazo não é prematuro: é tempestivo (art. 218, § 4º). A contagem em dias úteis vale só para prazos processuais, e o prazo em dobro dos litisconsortes não se aplica a autos eletrônicos.

Fundamento Legal: CPC, art. 218, § 4º: "Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo."

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. o art. 219, parágrafo único, limita a contagem em dias úteis aos prazos processuais.

C — Incorreta. o art. 229, § 2º, afasta o prazo em dobro nos processos em autos eletrônicos.

D — Incorreta. o art. 226, III, fixa 30 (trinta) dias para as sentenças.

E — Incorreta. o art. 220, § 1º, determina que juízes, membros do Ministério Público, da Defensoria e da Advocacia Pública e auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições nesse período.

33

A respeito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, regulados pela Lei nº 12.153/2009, é correto afirmar que

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

A) sua competência alcança causas cíveis de interesse dos Estados e Municípios até o valor de quarenta salários mínimos.

B) incluem-se em sua competência as ações de mandado de segurança contra atos de autoridades estaduais e municipais.

C) podem figurar como autores quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, independentemente de seu porte.

D) as pessoas jurídicas de direito público têm prazo diferenciado em dobro para a interposição de recursos.

E) nas causas de que trata a lei, não haverá reexame necessário.

Gabarito: E

Comentário: A Lei 12.153 afasta o reexame necessário (art. 11), o que difere do regime comum para a Fazenda Pública. A competência vai até 60 salários mínimos, e os prazos não são diferenciados.

Fundamento Legal: Lei 12.153/2009, art. 11: "Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 2º fixa o limite de 60 (sessenta) salários mínimos.

B — Incorreta. o art. 2º, § 1º, I, exclui da competência as ações de mandado de segurança.

C — Incorreta. o art. 5º, I, admite como autores as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte.

D — Incorreta. o art. 7º dispõe que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.

34

Sobre a coisa julgada, é correto afirmar, de acordo com o Código de Processo Civil, que

A) fazem coisa julgada os motivos, desde que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

B) a sentença faz coisa julgada entre as partes e também alcança terceiros, que ficam vinculados ao seu conteúdo.

C) nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo se houver modificação no estado de fato ou de direito, ainda que a relação jurídica não seja de trato continuado.

D) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, não faz coisa julgada.

E) transitada em julgado a decisão de mérito, a parte pode renovar em nova ação as defesas que poderia ter oposto e não opôs.

Gabarito: D

Comentário: O art. 504 lista o que não faz coisa julgada: os motivos, ainda que importantes, e a verdade dos fatos estabelecida como fundamento. Com o trânsito em julgado, vale a eficácia preclusiva do art. 508: alegações não deduzidas consideram-se repelidas.

Fundamento Legal: CPC, art. 504: "Não fazem coisa julgada: I - os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença; II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 504, I, diz que os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva, não fazem coisa julgada.

B — Incorreta. o art. 506 dispõe que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.

C — Incorreta. o art. 505, I, ressalva a modificação no estado de fato ou de direito apenas para relação jurídica de trato continuado.

E — Incorreta. o art. 508 considera deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor ao acolhimento ou à rejeição do pedido.

35

No Juizado Especial Cível, disciplinado pela Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que

A) nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, sendo obrigatória a assistência de advogado.

B) admitem-se a assistência e a intervenção de terceiros, desde que requeridas até a sessão de conciliação.

C) registrado o pedido, a Secretaria designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de trinta dias.

D) não se fará citação por edital.

E) incluem-se na competência do Juizado as causas de interesse da Fazenda Pública, quando de menor complexidade.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Gabarito: D

Comentário: O JEC não admite citação por edital (art. 18, § 2º); sendo necessário, a citação se faz por oficial de justiça, sem mandado ou precatória. As exclusões de competência (art. 3º, § 2º) e a vedação de intervenção de terceiros (art. 10) são sempre cobradas.

Fundamento Legal: Lei 9.099/1995, art. 18, § 2º: "Não se fará citação por edital."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 9º dispõe que, até vinte salários mínimos, as partes comparecem pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado (a assistência é obrigatória nas de valor superior).

B — Incorreta. o art. 10 não admite qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, apenas o litisconsórcio.

C — Incorreta. o art. 16 fixa o prazo de quinze dias para a sessão de conciliação.

E — Incorreta. o art. 3º, § 2º, exclui da competência as causas de interesse da Fazenda Pública.

Direito Administrativo (36 a 41)

36

O Prefeito Tício nomeou, para cargo em comissão da Prefeitura, um correligionário político, escolhido por afinidade partidária. Não há prova de que a nomeação tenha buscado finalidade ilícita, nem de que o nomeado tenha deixado de exercer as funções. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que

A) a mera nomeação ou indicação política por parte de detentor de mandato eletivo não configura improbidade, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

B) a conduta configura improbidade por violação de princípios, pois basta a voluntariedade da nomeação para caracterizar o dolo exigido pela lei.

C) a conduta configura improbidade por enriquecimento ilícito, pois o cargo em comissão representa vantagem patrimonial indevida ao nomeado.

D) a conduta configura improbidade na modalidade culposa, bastando a negligência do Prefeito na escolha do nomeado.

E) a conduta só configura improbidade se houver comprovação de dano ao erário, pois a lesividade patrimonial é requisito de todos os atos do art. 11.

Gabarito: A

Comentário: A Lei 14.230/2021 acrescentou o §5º ao art. 11 para afastar a tese de que toda nomeação política seria ímproba. Sem dolo com finalidade ilícita, a nomeação, por si só, não configura improbidade. Lembre-se ainda de que o dolo exige mais que voluntariedade (art. 1º, §2º).

Fundamento Legal: Lei 8.429/1992, art. 11, §5º: "Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente." Art. 1º, §1º: "Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais."; §2º: "Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente." Art. 11, §4º: "Os atos de improbidade de que trata este artigo exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos."

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. o art. 1º, §2º, dispõe que dolo é a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, "não bastando a voluntariedade do agente".

C — Incorreta. não há enriquecimento ilícito (art. 9º) na nomeação de correligionário sem prova de vantagem patrimonial indevida, e o §5º do art. 11 afasta a improbidade pela mera nomeação política.

D — Incorreta. após a Lei 14.230/2021 só existem atos de improbidade dolosos (art. 1º, §1º); a modalidade culposa foi extinta.

E — Incorreta. o art. 11, §4º, afirma que esses atos "independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito"; o requisito é a lesividade relevante ao bem jurídico, não o dano ao erário.

37

Considere as regras do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/1968) sobre a extinção da punibilidade pela prescrição. É correto afirmar que

A) a falta sujeita à pena de demissão prescreve em 2 (dois) anos, e a sujeita à pena de multa, em 5 (cinco) anos.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

B) a falta prevista em lei como infração penal prescreve no mesmo prazo da prescrição da pena criminal, ainda que inferior a 5 (cinco) anos.

C) a prescrição começa a correr do dia em que a autoridade competente tomar conhecimento da falta.

D) a portaria que instaura sindicância não interrompe a prescrição, que só é interrompida pela decisão final do processo administrativo.

E) a falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa prescreve em 2 (dois) anos.

Gabarito: E

Comentário: O art. 261 usa dois prazos básicos: 2 anos para as penas leves (repreensão, suspensão e multa) e 5 anos para as expulsivas (demissão, demissão a bem do serviço público e cassação). Cuidado para não inverter os prazos.

Fundamento Legal: Lei 10.261/1968, art. 261: "Extingue-se a punibilidade pela prescrição: I - da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos; II - da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em 5 (cinco) anos; III - da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. inverte os prazos; demissão prescreve em 5 anos e multa em 2 anos (art. 261, II e I).

B — Incorreta. O art. 261, III, aplica o prazo da prescrição em abstrato da pena criminal apenas "se for superior a 5 (cinco) anos".

C — Incorreta. a prescrição começa a correr do dia em que a falta for cometida, ou do dia em que cessar a continuação ou permanência (art. 261, §1º).

D — Incorreta. o art. 261, §2º, diz que interrompem a prescrição a portaria que instaura sindicância e a que instaura processo administrativo.

38

Em ação de improbidade administrativa proposta com base na Lei nº 8.429/1992 (redação da Lei nº 14.230/2021), o servidor X foi condenado em primeira instância à perda da função pública, à suspensão dos direitos políticos e ao pagamento de multa civil. X interpôs apelação. Quanto à execução das sanções previstas no art. 12, é correto afirmar que

A) somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

B) poderão ser executadas assim que a condenação for confirmada por decisão colegiada.

C) poderão ser executadas imediatamente, pois a apelação não tem efeito suspensivo nas ações de improbidade.

D) apenas a perda da função pública depende do trânsito em julgado, podendo a suspensão dos direitos políticos ser executada desde a sentença.

E) dependem de homologação do Tribunal de Contas competente, que fixará o termo inicial de cada sanção.

Gabarito: A

Comentário: A reforma de 2021 consolidou que as sanções do art. 12 só se executam após o trânsito em julgado. A decisão colegiada só importa para a contagem retroativa do prazo da suspensão dos direitos políticos (§10), não para a execução.

Fundamento Legal: Lei 8.429/1992, art. 12, §9º: "As sanções previstas neste artigo somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória."

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. o art. 12, §9º, exige o trânsito em julgado da sentença condenatória para a execução das sanções; a decisão colegiada não basta.

C — Incorreta. o art. 12, §9º, exige o trânsito em julgado para executar as sanções, independentemente do efeito do recurso.

D — Incorreta. o §9º se refere a todas as sanções do art. 12, e o art. 20 exige o trânsito em julgado tanto para a perda da função quanto para a suspensão dos direitos políticos.

E — Incorreta. a lei não prevê homologação pelo Tribunal de Contas para a execução das sanções; exige apenas o trânsito em julgado.

39

O funcionário público estadual X pretende atuar como procurador de seu irmão, perante repartição pública estadual, em um requerimento de interesse exclusivamente deste. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

A) a conduta é proibida em qualquer hipótese, pois ao funcionário é vedado constituir-se procurador de partes perante repartição pública.

B) a conduta é permitida, desde que realizada fora do horário de trabalho e sem prejuízo das atribuições do cargo.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

C) a conduta é permitida, pois a proibição de constituir-se procurador de partes não se aplica quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau.

D) a conduta depende de prévia autorização do superior hierárquico, que poderá excepcionar a proibição.

E) a conduta é permitida apenas se o interesse for de cônjuge ou de parente até terceiro grau, inclusive.

Gabarito: C

Comentário: O art. 243, IX, proíbe o funcionário de ser procurador de partes ou intermediário perante repartição pública, mas ressalva expressamente o interesse de cônjuge ou parente até segundo grau. Irmão é parente em segundo grau (na linha colateral).

Fundamento Legal: Lei 10.261/1968, art. 243, IX: "É proibido ainda, ao funcionário: [...] IX - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau;"

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. a proibição tem exceção expressa para interesse de cônjuge ou parente até segundo grau (art. 243, IX).

B — Incorreta. o horário de trabalho não é critério do inciso IX; o requisito da exceção é o parentesco (o critério do horário não consta do dispositivo).

D — Incorreta. o art. 243, IX, não condiciona a exceção a autorização do superior; a ressalva decorre do parentesco (cônjuge ou parente até segundo grau).

E — Incorreta. o limite legal é o segundo grau, e não o terceiro.

40

No processo administrativo disciplinar regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, o acusado Mévio foi regularmente citado e não compareceu à audiência de interrogatório. Quanto à fase de provas, é correto afirmar que

A) o prazo para requerer a produção de provas só se inicia se o acusado comparecer ao interrogatório.

B) o prazo para requerer provas é de 5 (cinco) dias, contados da citação do acusado.

C) inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas ou apresentá-las, comparecendo ou não o acusado ao interrogatório.

D) o presidente e cada acusado poderão arrolar até 3 (três) testemunhas, como na sindicância.

E) a prova de antecedentes do acusado poderá ser feita por testemunhas, até as alegações finais.

Gabarito: C

Comentário: A ausência ao interrogatório não paralisa o processo: o prazo de 3 dias para requerer ou apresentar provas corre de qualquer forma (a revelia é decretada por despacho, e o acusado revel recebe advogado dativo). Atenção aos números: processo tem 5 testemunhas; sindicância, 3.

Fundamento Legal: Lei 10.261/1968, art. 283: "Comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produção de provas, ou apresentá-las. § 1° - O presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas. § 2° - A prova de antecedentes do acusado será feita exclusivamente por documentos, até as alegações finais."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o prazo se inicia "comparecendo ou não o acusado ao interrogatório" (art. 283, caput).

B — Incorreta. o prazo é de 3 dias e é contado a partir do interrogatório, comparecendo ou não o acusado (art. 283, caput).

D — Incorreta. no processo administrativo o limite é de 5 testemunhas (art. 283, §1º); o limite de 3 é o da sindicância (art. 273, I).

E — Incorreta. a prova de antecedentes é feita exclusivamente por documentos (art. 283, §2º).

41

Quanto à contagem dos prazos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é correto afirmar que eles são contados

A) em dias úteis, excluindo-se sábados, domingos e feriados, e computando-se o dia inicial.

B) em dias corridos, computando-se o dia inicial e antecipando-se o vencimento que incidir em dia não útil para o último dia útil anterior.

C) em dias corridos, não se computando o dia inicial, mas sem prorrogação quando o vencimento incidir em sábado, domingo ou feriado.

D) em dias corridos, não se computando o dia inicial e prorrogando-se o vencimento que incidir em sábado, domingo, feriado ou facultativo para o primeiro dia útil seguinte.

E) em dias corridos, mas suspensos aos sábados, domingos e feriados, retomando-se a contagem no primeiro dia útil seguinte.

Gabarito: D

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Comentário: O Estatuto adota dias corridos, ao contrário do CPC (dias úteis). Exclui-se o dia inicial e, se o vencimento cair em dia sem expediente, ele se prorroga para o primeiro dia útil seguinte, nunca se antecipa.

Fundamento Legal: Lei 10.261/1968, art. 323: "Os prazos previstos neste Estatuto serão todos contados por dias corridos. Parágrafo único - Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se o vencimento, que incidir em sábado, domingo, feriado ou facultativo, para o primeiro dia útil seguinte."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 323 manda contar por dias corridos, não por dias úteis.

B — Incorreta. o dia inicial não se computa e o vencimento em dia não útil se prorroga, não se antecipa (art. 323, parágrafo único).

C — Incorreta. há prorrogação para o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento incidir em sábado, domingo, feriado ou facultativo.

E — Incorreta. o Estatuto não prevê suspensão do prazo nesses dias; os dias são corridos e apenas o vencimento é prorrogado.

Legislação Interna (42 a 46)

42

Um advogado comparece ao ofício de justiça e entrega diretamente ao escrevente uma petição na qual requer a juntada de procuração aos autos, sem ter passado pelo setor de protocolo. Segundo as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo (Tomo I), é correto afirmar que o escrevente

A) deve recusar a petição, pois é vedado ao ofício de justiça receber e juntar petições não encaminhadas pelo setor de protocolo, sem exceções.

B) pode receber qualquer petição diretamente, desde que lance imediatamente número de protocolo manual no corpo do documento.

C) pode receber e juntar a petição, devendo o termo de juntada mencionar que ela foi apresentada diretamente ao ofício de justiça.

D) pode receber e juntar a petição, lançando o termo de juntada na própria petição, para facilitar o controle.

E) só pode receber a petição se houver prévia autorização do Juiz Corregedor Permanente.

Gabarito: C

Comentário: A regra geral é que as petições passem pelo protocolo. A norma admite duas exceções: o pedido de juntada de procuração ou substabelecimento entregue diretamente ao ofício, e a decisão fundamentada do juiz dispensando o protocolo.

Fundamento Legal: NSCGJ, Tomo I, art. 92: "É vedado aos ofícios de justiça receber e juntar petições que não tenham sido encaminhadas pelo setor de protocolo, salvo: I – quanto às petições de requerimento de juntada de procuração ou de substabelecimento apresentadas pelo interessado diretamente ao ofício de justiça, caso em que o termo de juntada mencionará esta circunstância; II – quando houver, em cada caso concreto, expressa decisão fundamentada do juiz do feito dispensando o protocolo no setor próprio."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 92 traz exceções, entre elas o requerimento de juntada de procuração ou substabelecimento (inciso I).

B — Incorreta. a norma não autoriza receber qualquer petição diretamente; as exceções são as do art. 92, I e II (o protocolo manual no corpo do documento é regra do art. 93, §3º, para petições por fax ou e-mail).

D — Incorreta. o art. 93, §2º, veda o lançamento do termo de juntada na própria petição ou documento.

E — Incorreta. a exceção do inciso I independe de autorização; a do inciso II depende de decisão fundamentada do juiz do feito, e não do Corregedor Permanente.

43

Num ofício de justiça, um advogado que não tem procuração nos autos solicita a carga de processo findo que não está sujeito a segredo de justiça. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Tomo I), é correto afirmar que

A) a carga é reservada a advogados constituídos procuradores de alguma das partes, o que se aplica igualmente aos processos findos.

B) a carga poderá ser concedida pelo prazo de 5 (cinco) dias.

C) a carga poderá ser concedida pelo prazo de 3 (três) dias, mediante autorização do juiz.

D) a carga poderá ser concedida pelo prazo de 10 (dez) dias, desde que o processo esteja em andamento e não haja prazo em curso.

E) a carga poderá ser concedida ao advogado, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 (dez) dias.

Gabarito: E

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Comentário: A carga de autos em andamento é reservada a quem foi constituído procurador. A exceção é o processo findo e sem segredo de justiça, em que o advogado pode retirar os autos mesmo sem procuração, por 10 dias.

Fundamento Legal: NSCGJ, Tomo I, art. 161: "A carga de autos judiciais e administrativos em andamento no cartório é reservada unicamente a advogados ou estagiários de Direito regularmente inscritos na OAB, constituídos procuradores de alguma das partes, ressalvado, nos processos findos e que não estejam sujeitos a segredo de justiça, a carga por advogado mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 (dez) dias."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o art. 161 ressalva os processos findos e sem segredo de justiça, em que a carga por advogado sem procuração é admitida.

B — Incorreta. o prazo previsto na ressalva é de 10 dias, e não de 5.

C — Incorreta. o prazo é de 10 dias e o art. 161 não exige autorização do juiz.

D — Incorreta. a ressalva se refere a processos findos; para os que estão em andamento a carga é reservada aos procuradores constituídos.

44

O Juiz Corregedor Permanente realizou correição extraordinária em um ofício de justiça sob sua fiscalização. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Tomo I), a ata dessa correição deve ser encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça

A) em até 15 (quinze) dias após realizada.

B) em até 60 (sessenta) dias após realizada.

C) em até 30 (trinta) dias após realizada.

D) em até 5 (cinco) dias úteis após realizada.

E) em até 45 (quarenta e cinco) dias após realizada.

Gabarito: A

Comentário: As atas seguem dois prazos: 60 dias para a correição ordinária e 15 dias para a correição extraordinária ou visita correcional. A pegadinha clássica é trocar um prazo pelo outro.

Fundamento Legal: NSCGJ, Tomo I, art. 6º, §4º: "As atas das correições e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça nos prazos que seguem: I - correição ordinária – até 60 (sessenta) dias após realizada; II - correição extraordinária ou visita correcional – até 15 (quinze) dias após realizada."

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. 60 dias é o prazo da correição ordinária (art. 6º, §4º, I), não da extraordinária.

C — Incorreta. a norma não prevê prazo de 30 dias para o envio de atas (art. 6º, §4º); 30 dias é o prazo da visita correcional do juiz que assume a corregedoria (art. 9º).

D — Incorreta. o prazo é de 15 dias, e não de 5 dias úteis (art. 6º, §4º, II).

E — Incorreta. o art. 6º, §4º, fixa 60 dias para a correição ordinária e 15 dias para a extraordinária; não há prazo de 45 dias.

45

Um terceiro, que não é parte nem procurador nos autos, requer ao ofício de justiça certidão de processo que corre em segredo de justiça. Conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (Tomo I), é correto afirmar que a expedição da certidão

A) depende de despacho do juiz competente, exceto se requerida por advogado inscrito na OAB, ainda que sem procuração nos autos.

B) só pode ser feita a pedido do Ministério Público, enquanto durar o segredo de justiça.

C) depende de despacho do juiz competente, mesmo quando requerida pela parte ou por seu procurador.

D) independe de despacho do juiz, bastando que o requerente comprove inscrição na OAB.

E) depende de despacho do juiz competente, exceto se requerida por parte ou procurador regularmente habilitado nos autos.

Gabarito: E

Comentário: Em processos sob segredo de justiça, a certidão exige despacho do juiz, salvo se o pedido vier da parte ou de procurador habilitado nos autos. Terceiros, portanto, dependem da decisão do juiz.

Fundamento Legal: NSCGJ, Tomo I, art. 104, §5º: "A expedição de certidão de processos que correm em segredo de justiça dependerá de despacho do juiz competente, exceto se requerida por parte ou procurador regularmente habilitado nos autos."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. a exceção vale para a parte ou para o procurador regularmente habilitado nos autos (art. 104, §5º); a inscrição na OAB, sem procuração nos autos, não basta.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

B — Incorreta. a norma não restringe a expedição ao Ministério Público; permite-a mediante despacho do juiz ou a pedido de parte ou procurador habilitado (art. 104, §5º).

C — Incorreta. a parte e o procurador regularmente habilitado nos autos estão dispensados do despacho (art. 104, §5º).

D — Incorreta. a inscrição na OAB não basta; o procurador deve estar habilitado nos autos (art. 104, §5º).

46

Um servidor do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deseja aderir ao regime de teletrabalho. Segundo a Resolução TJSP nº 850/2021, é vedada a participação em teletrabalho do(a) servidor(a) que

A) tenha sofrido penalidade disciplinar nos 5 (cinco) anos anteriores à solicitação.

B) tenha sido desligado(a) do teletrabalho nos últimos 12 (doze) meses.

C) tenha sido relotado(a) pelo processo de remoção, nos últimos 2 (dois) anos.

D) apresente contraindicação por motivo de saúde, ainda que sem laudo médico.

E) esteja no primeiro ano do estágio probatório.

Gabarito: E

Comentário: O art. 11 traz seis vedações, cada uma com o seu prazo: 2 anos para penalidade disciplinar, 6 meses para desligamento anterior do teletrabalho e para relotação por remoção, e todo o primeiro ano do estágio probatório. A contraindicação de saúde só veda se comprovada por laudo médico.

Fundamento Legal: Resolução TJSP nº 850/2021, art. 11: "É vedada a participação em teletrabalho aos(às) servidores(as) que:" "II - tenham sofrido penalidade disciplinar nos 2 (dois) anos anteriores à solicitação;" "IV - tenham sido relotados(as) pelo processo de remoção, nos últimos 6 (seis) meses;" "VI - estejam no primeiro ano do estágio probatório."

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o prazo do art. 11, II, é de 2 (dois) anos, e não de 5.

B — Incorreta. o art. 11, III, veda a participação de quem foi desligado do teletrabalho nos últimos 6 (seis) meses, e não 12.

C — Incorreta. o art. 11, IV, fala em relotação por remoção nos últimos 6 (seis) meses, e não em 2 anos.

D — Incorreta. o art. 11, I, só veda se a contraindicação por motivo de saúde for devidamente comprovada por laudo médico.

BLOCO III — CONHECIMENTOS GERAIS

Atualidades (47 a 50)

47

Em 17 de junho de 2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu

A) reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,25% ao ano, por maioria de votos.

B) manter a taxa Selic inalterada, após três reduções consecutivas.

C) reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,25% ao ano, por unanimidade, na terceira redução seguida.

D) reduzir a taxa Selic em 1,00 ponto percentual, para 13,50% ao ano, por maioria de votos.

E) reduzir a taxa Selic em 0,50 ponto percentual, para 14,00% ao ano, por unanimidade.

Gabarito: C

Comentário: A decisão foi de corte de 0,25 ponto percentual, levando a Selic a 14,25% ao ano, por unanimidade, na terceira redução seguida.

Fundamento Técnico: Copom reduziu a Selic em 0,25 p.p., para 14,25% a.a., por unanimidade, em 17/06/2026, a terceira redução seguida (Correio Braziliense; Banco Central do Brasil, Relatório de Política Monetária de junho de 2026).

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. A decisão foi unânime, e não por maioria de votos.

B — Incorreta. a taxa não foi mantida; foi reduzida em 0,25 p.p.

D — Incorreta. o corte foi de 0,25 p.p., e a decisão foi unânime.

E — Incorreta. O corte foi de 0,25 ponto percentual, e a Selic ficou em 14,25% ao ano, e não em 14,00%.

48

Em junho de 2026, a agência norte-americana NOAA declarou o início do fenômeno El Niño. Entre os impactos esperados para o Brasil, estão

A) menos chuva e mais frio no Sul; mais chuva no Norte e no Nordeste.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

B) mais chuva no Sul; menos chuva e mais calor no Norte e no Nordeste, com risco de seca e de incêndios na Amazônia.

C) mais chuva no Sul e no Norte; menos chuva no Nordeste, com redução do risco de incêndios na Amazônia.

D) menos chuva no Sul; mais chuva e mais calor no Norte e no Nordeste, com risco de enchentes na Amazônia.

E) mais chuva no Sul; menos chuva e mais calor apenas no Nordeste, sem risco de seca ou de incêndios na Amazônia.

Gabarito: B

Comentário: Os impactos esperados no Brasil são mais chuva no Sul e menos chuva e mais calor no Norte e no Nordeste, com risco de seca e de incêndios na Amazônia.

Fundamento Técnico: NOAA declara o início do El Niño em 11/06/2026. Impactos esperados no Brasil: mais chuva no Sul; menos chuva e mais calor no Norte/Nordeste; risco de seca e de incêndios na Amazônia (Climatempo; Agência Brasil/Money Times).

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. o padrão esperado é inverso (mais chuva no Sul; menos chuva no Norte e no Nordeste).

C — Incorreta. Os impactos esperados para o Norte são de menos chuva e mais calor, com risco de seca e de incêndios na Amazônia.

D — Incorreta. No Sul é esperada mais chuva, e no Norte e no Nordeste, menos chuva e mais calor.

E — Incorreta. O quadro de menos chuva e mais calor vale para o Norte e o Nordeste, com risco de seca e de incêndios na Amazônia.

49

O chamado ECA Digital (Lei nº 15.211/2025) entrou em vigor em março de 2026. Entre suas medidas, estão

A) a manutenção da autodeclaração de idade e a proibição de contas de menores de 18 anos.

B) o fim da autodeclaração de idade e a vinculação das contas de menores de 16 anos aos responsáveis, com fiscalização pela ANPD.

C) o fim da autodeclaração de idade e a vinculação das contas de menores de 18 anos aos responsáveis, com fiscalização pela ANPD.

D) a manutenção da autodeclaração de idade e a vinculação das contas de menores de 16 anos aos responsáveis, com fiscalização pela ANPD.

E) o fim da autodeclaração de idade e a vinculação das contas de menores de 16 anos aos responsáveis, com fiscalização pelo Ministério da Educação.

Gabarito: B

Comentário: O ECA Digital põe fim à autodeclaração de idade, exige a vinculação das contas de menores de 16 anos aos responsáveis e atribui à ANPD a fiscalização.

Fundamento Técnico: ECA Digital (Lei 15.211/2025) em vigor em março/2026: fim da autodeclaração de idade; contas de menores de 16 anos vinculadas aos responsáveis; ANPD fiscaliza (gov.br, Ministério da Justiça).

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. a autodeclaração de idade acaba, e a lei não proíbe contas de menores de 18 anos.

C — Incorreta. A vinculação aos responsáveis vale para contas de menores de 16 anos, e não de 18.

D — Incorreta. O ECA Digital põe fim à autodeclaração de idade, e não a mantém.

E — Incorreta. A fiscalização cabe à ANPD, e não ao Ministério da Educação.

50

Em 13 de novembro de 2026, a FAA, autoridade da aviação civil dos Estados Unidos, suspendeu as decolagens em todo o país por falha nos dados e na comunicação dos controladores de tráfego aéreo. Sobre o episódio, é correto afirmar que

A) o governo norte-americano descartou ataque cibernético, e cerca de 9 mil voos foram cancelados.

B) o governo confirmou que a paralisação foi causada por ataque cibernético estrangeiro.

C) a suspensão atingiu apenas os voos internacionais, e cerca de 9 mil voos foram cancelados.

D) o governo descartou ataque cibernético, mas apenas cerca de 900 voos foram cancelados.

E) a falha foi atribuída a problema no sistema de comunicação, e a suspensão durou cerca de 24 horas.

Gabarito: A

Comentário: A suspensão foi nacional, o governo descartou ataque cibernético e cerca de 9 mil voos foram cancelados.

Fundamento Técnico: FAA suspende as decolagens em todo o país por 4h39 após falha nos dados dos controladores/comunicação; cerca de 9 mil voos

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

cancelados; governo descarta ataque cibernético (CNN/CBS; Brasil de Fato; AFP), em 13/11/2026.

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. o governo descartou ataque cibernético.

C — Incorreta. A suspensão das decolagens foi em todo o país, e não apenas em voos internacionais.

D — Incorreta. Cerca de 9 mil voos foram cancelados, e não 900.

E — Incorreta. A suspensão durou cerca de 4h39, e não 24 horas.

Matemática (51 a 54)

51

Um cartório precisa acondicionar 84 petições, 120 certidões e 180 ofícios em caixas idênticas. Cada caixa deve conter documentos de um único tipo e todas devem ter o mesmo número de documentos, o maior possível, sem sobras. Nessas condições, o número total de caixas necessárias é

A) 32.

B) 12.

C) 64.

D) 96.

E) 128.

Gabarito: A

Comentário: O maior número de documentos por caixa, igual para os três tipos, é o MDC(84, 120, 180). Com ele, divide-se cada quantidade para saber quantas caixas de cada tipo são necessárias e somam-se os resultados. O enunciado pede o número de caixas, não o tamanho delas.

Resolução: Fatorando: $84 = 2^2 \cdot 3 \cdot 7$; $120 = 2^3 \cdot 3 \cdot 5$; $180 = 2^2 \cdot 3^2 \cdot 5$. Fatores comuns com menor expoente: $2^2 \cdot 3 = 12$, logo MDC = 12 documentos por caixa. Caixas: 84/12 = 7 (petições); 120/12 = 10 (certidões); 180/12 = 15 (ofícios). Total: 7 + 10 + 15 = 32 caixas. Conferência: 32 × 12 = 384 = 84 + 120 + 180.

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. 12 é o MDC, isto é, o número de documentos por caixa, e não o número de caixas pedido.

C — Incorreta. 64 corresponde a caixas de 6 documentos (14 + 20 + 30), que não são as maiores possíveis.

D — Incorreta. 96 corresponde a caixas de 4 documentos (21 + 30 + 45), que não são as maiores possíveis.

E — Incorreta. 128 corresponde a caixas de 3 documentos (28 + 40 + 60), que não são as maiores possíveis.

52

Uma papelaria comprou um lote de resmas de papel e fixou o preço de venda com lucro de 40% sobre o preço de custo. Para queimar o estoque, passou a vender com desconto de 15% sobre o preço de venda fixado. Após o desconto, o lucro sobre o preço de custo passou a ser de

A) 25%.

B) 19%.

C) 34%.

D) 21%.

E) 119%.

Gabarito: B

Comentário: Porcentagens encadeadas não se somam nem se subtraem: cada uma incide sobre uma base diferente. O desconto de 15% incide sobre o preço de venda (já com lucro), e não sobre o custo. Por isso multiplicam-se os fatores 1,40 e 0,85.

Resolução: Seja C o preço de custo. Preço de venda fixado: $1{,}40 \cdot C$. Após desconto de 15%: $1{,}40 \cdot C \cdot (1 - 0{,}15) = 1{,}40 \cdot C \cdot 0{,}85 = 1{,}19 \cdot C$. Logo o lucro sobre o custo é 1,19 − 1 = 0,19 = 19%. Exemplo numérico: C = 100; venda 140; desconto 21; preço final 119; lucro 19.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. 25% resulta de subtrair 40% − 15%, tratando as porcentagens como se tivessem a mesma base.

C — Incorreta. 34% = 40% × 0,85: aplica o desconto apenas sobre o lucro, e não sobre o preço de venda inteiro.

D — Incorreta. 21% é o valor do desconto sobre um custo de 100 (15% de 140), e não o lucro final.

E — Incorreta. 119% é o preço final em relação ao custo ($1{,}19 \cdot C$), e não o lucro, que é 119% − 100% = 19%.

53

Quatro escreventes, trabalhando 4 horas por dia, digitalizam 300 processos em 6 dias. Mantido o mesmo ritmo de trabalho por pessoa, o número de dias

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

necessários para que 6 escreventes, trabalhando 8 horas por dia, digitalizem 1.800 processos é

A) 12.

B) 24.

C) 36.

D) 48.

E) 108.

Gabarito: A

Comentário: Compare a grandeza dias com cada uma das outras. Mais processos exigem mais dias (direta); mais escreventes e mais horas por dia exigem menos dias (inversas). Monta-se a proporção invertendo as razões das grandezas inversamente proporcionais.

Resolução: Dias: 6 → x. Processos: 300 → 1.800 (direta). Escreventes: 4 → 6 (inversa). Horas por dia: 4 → 8 (inversa). x = 6 · (1800/300) · (4/6) · (4/8) = 6 · 6 · (2/3) · (1/2) = 12 dias. Conferência por carga de trabalho: 4·4·6 = 96 pessoa-hora para 300 processos; 1.800 processos exigem 6 × 96 = 576 pessoa-hora; com 6·8 = 48 pessoa-hora por dia, 576/48 = 12 dias.

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. 24 é o resultado ao ignorar a grandeza horas por dia (6 · 6 · 4/6).

C — Incorreta. 36 resulta de considerar apenas os processos (6 · 6) e ignorar as razões de escreventes e de horas por dia.

D — Incorreta. 48 trata as horas por dia como grandeza direta (6 · 6 · 2/3 · 2), quando mais horas por dia reduzem os dias.

E — Incorreta. 108 trata escreventes e horas como grandezas diretas, multiplicando as razões sem invertê-las.

54

Um escrevente tinha uma pilha de processos para despachar. No primeiro dia despachou 1/3 do total de processos da pilha e, no segundo dia, despachou 1/4 desse mesmo total, restando ainda 55 processos. O número de processos que havia inicialmente na pilha era

A) 77.

B) 110.

C) 165.

D) 220.

E) 132.

Gabarito: E

Comentário: Chame de x o total inicial. Os dois despachos são frações do mesmo total x, e não do que sobrou. O restante é x menos a soma das frações, e igualando a 55 obtém-se uma equação do 1.º grau.

Resolução: x − x/3 − x/4 = 55. Com denominador comum 12: (12x − 4x − 3x)/12 = 55, ou seja, 5x/12 = 55, logo x = 55 · 12/5 = 132. Conferência: 1.º dia 44; 2.º dia 33; 132 − 44 − 33 = 55.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. 77 é o número de processos despachados nos dois dias (44 + 33), e não o total inicial.

B — Incorreta. 110 resulta de calcular o segundo dia como 1/4 do que restou (x − x/3 − x/6 = x/2 = 55), e não de 1/4 do total.

C — Incorreta. 165 resulta de supor que os 55 processos restantes correspondem a 1/3 do total (55 · 3).

D — Incorreta. 220 resulta de supor que os 55 processos restantes correspondem a 1/4 do total (55 · 4).

Raciocínio Lógico (55 a 61)

55

Considere a seguinte afirmação: "Se o mandado foi cumprido, então a certidão foi juntada ou o oficial de justiça apresentou justificativa." A negação lógica dessa afirmação está corretamente expressa em:

A) O mandado foi cumprido, e a certidão não foi juntada ou o oficial de justiça não apresentou justificativa.

B) O mandado foi cumprido, a certidão não foi juntada e o oficial de justiça não apresentou justificativa.

C) Se o mandado não foi cumprido, então a certidão não foi juntada e o oficial de justiça não apresentou justificativa.

D) O mandado não foi cumprido, a certidão não foi juntada e o oficial de justiça não apresentou justificativa.

E) Se o mandado foi cumprido, então a certidão não foi juntada e o oficial de justiça não apresentou justificativa.

Gabarito: B

Comentário: A negação de "se p, então q" é "p e não q": a condicional só é falsa quando o antecedente é verdadeiro e o consequente, falso. Aqui o consequente é uma disjunção (q ou r), e negá-la exige a lei de De Morgan: não q e não r. A negação de uma condicional nunca é outra condicional.

Resolução: Sejam p: mandado cumprido; q: certidão juntada; r: oficial justificou. A afirmação é p → (q ∨ r).

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Negação: ¬(p → (q ∨ r)) ≡ p ∧ ¬(q ∨ r) ≡ p ∧ ¬q ∧ ¬r (De Morgan: ¬(q ∨ r) ≡ ¬q ∧ ¬r). Verificada por tabela-verdade nas 8 linhas: apenas a alternativa B coincide com a negação em todas elas.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Erra De Morgan: nega a disjunção como "¬q ∨ ¬r"; a negação de "q ou r" é "¬q e ¬r".

C — Incorreta. Nega a condicional com outra condicional (com antecedente negado), o que não é a negação; a negação é uma conjunção com o antecedente afirmado.

D — Incorreta. Nega também o antecedente (¬p); a negação de p → q mantém p verdadeiro.

E — Incorreta. Mantém a condicional e nega apenas o consequente; uma condicional não é negada por outra condicional.

56

Admita como verdadeiras as quatro afirmações a seguir, relativas a Bia, Caio, Dani e Eva, servidores de um mesmo fórum. - Se Bia vai ao fórum, então Caio assina a ata. - Caio não assina a ata. - Ou Dani revisa o laudo, ou Bia vai ao fórum. - Eva digita a minuta se, e somente se, Dani revisa o laudo. Com base nessas informações, é correto concluir que

A) Bia vai ao fórum e Caio assina a ata.

B) Bia não vai ao fórum e Dani não revisa o laudo.

C) Dani revisa o laudo e Eva digita a minuta.

D) Dani revisa o laudo e Eva não digita a minuta.

E) Caio assina a ata e Eva digita a minuta.

Gabarito: C

Comentário: Comece pela afirmação mais simples, que já fixa um valor: "Caio não assina a ata". A partir dela, propague os valores pelas demais, lembrando que o "ou...ou" exige valores lógicos diferentes e que a bicondicional exige valores iguais.

Resolução: Premissa 2: Caio não assina a ata (V). Premissa 1 (B → C) é verdadeira com consequente falso, logo o antecedente é falso: Bia não vai ao fórum. Premissa 3 (ou exclusivo) com Bia falsa exige Dani verdadeira: Dani revisa o laudo. Premissa 4 (bicondicional) com Dani verdadeira exige Eva verdadeira: Eva digita a minuta. Verificação por enumeração das 16 combinações: o único cenário que satisfaz as quatro premissas é (Bia F, Caio F, Dani V, Eva V), e só a alternativa C é verdadeira nele.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Contraria a 2.ª afirmação (Caio não assina a ata) e a conclusão de que Bia não vai ao fórum.

B — Incorreta. Bia de fato não vai, mas Dani revisa o laudo: no "ou...ou", com Bia falsa, Dani é verdadeira.

D — Incorreta. Dani revisa, mas a bicondicional obriga Eva a digitar a minuta; Eva não digitar contraria a 4.ª afirmação.

E — Incorreta. Contraria a 2.ª afirmação: Caio não assina a ata.

57

Em um órgão público, sabe-se que todo escrevente é concursado e que nenhum estagiário é concursado. A partir dessas duas informações, conclui-se necessariamente que

A) nenhum escrevente é estagiário.

B) todo concursado é escrevente.

C) algum estagiário é escrevente.

D) todo aquele que não é concursado é estagiário.

E) nenhum concursado é escrevente.

Gabarito: A

Comentário: No diagrama, o conjunto dos escreventes fica dentro do conjunto dos concursados, e o dos estagiários fica totalmente fora dos concursados. Logo, escreventes e estagiários não têm elementos em comum. As demais alternativas invertem as relações (todo A é B não implica todo B é A) ou afirmam o que as premissas não garantem.

Resolução: Sejam E (escreventes), C (concursados) e T (estagiários). Premissas: E ⊂ C e T ∩ C = ∅. Como E ⊂ C, tem-se E ∩ T ⊂ C ∩ T = ∅; portanto E ∩ T = ∅, isto é, nenhum escrevente é estagiário. Verificação: enumerados todos os modelos de Venn (256 combinações de regiões ocupadas) compatíveis com as premissas, somente a alternativa A é verdadeira em todos eles; as demais têm contraexemplo.

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. Inverte a premissa "todo escrevente é concursado": podem existir concursados que não são escreventes.

C — Incorreta. Contraria as premissas: estagiários estão fora dos concursados, e escreventes estão dentro; não há elemento comum.

D — Incorreta. As premissas não dizem nada sobre quem não é concursado; pode haver não concursados que não são estagiários.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

E — Incorreta. Contraria a 1.ª premissa: os escreventes são concursados, logo os escreventes (se existirem) pertencem ao conjunto dos concursados.

58

Quatro escreventes, Tício, Mévio, Caio e Semprônio, estão lotados em quatro varas distintas, numeradas de 1 a 4, sendo um escrevente em cada vara. Sabe-se que: - Tício não está lotado na 1.ª nem na 4.ª vara. - A vara em que Mévio está lotado tem numeração maior que a da vara de Tício. - Caio está lotado na vara imediatamente anterior à de Semprônio (por exemplo, se Caio está na 2.ª, Semprônio está na 3.ª). - Semprônio não está lotado na 4.ª vara. É correto afirmar que

A) Caio está lotado na 2.ª vara.

B) Semprônio está lotado na 3.ª vara.

C) Tício está lotado na vara imediatamente anterior à de Mévio.

D) Mévio está lotado na 3.ª vara.

E) Caio está lotado na 4.ª vara.

Gabarito: C

Comentário: Teste as possibilidades de Tício (só 2.ª ou 3.ª vara) e use a ordem de Mévio para eliminar casos. Em cada caso, veja se sobram duas varas consecutivas para Caio e Semprônio. Só um arranjo fecha.

Resolução: Tício está na 2.ª ou na 3.ª vara. Se Tício está na 2.ª, Mévio está na 3.ª ou 4.ª, e as varas restantes (1.ª e 4.ª, ou 1.ª e 3.ª) não são consecutivas para Caio e Semprônio. Se Tício está na 3.ª, Mévio está na 4.ª; sobram a 1.ª e a 2.ª: Caio na 1.ª e Semprônio na 2.ª (e Semprônio não está na 4.ª, como exigido). Solução única: Caio 1.ª, Semprônio 2.ª, Tício 3.ª, Mévio 4.ª. Verificado por enumeração das 24 permutações: apenas uma satisfaz todas as condições. Assim, Tício (3.ª) está imediatamente antes de Mévio (4.ª).

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Caio está na 1.ª vara; a 2.ª é de Semprônio.

B — Incorreta. Semprônio está na 2.ª vara; a 3.ª é de Tício.

D — Incorreta. Mévio está na 4.ª vara, pois precisa estar depois de Tício, que ocupa a 3.ª.

E — Incorreta. Caio está na 1.ª vara; a 4.ª é de Mévio.

59

Observe a sequência numérica: 3, 5, 9, 15, 23, ... Mantida a regularidade de formação observada nos primeiros termos, o 10.º termo dessa sequência é

A) 75.

B) 91.

C) 103.

D) 93.

E) 113.

Gabarito: D

Comentário: Calcule as diferenças entre termos consecutivos: 2, 4, 6, 8. Elas formam uma progressão aritmética de razão 2, de modo que o 10.º termo é o primeiro mais a soma das 9 primeiras diferenças.

Resolução: Diferenças: 5−3=2; 9−5=4; 15−9=6; 23−15=8, ou seja, a diferença entre o termo n+1 e o termo n é 2n. Logo a_{10} = 3 + (2 + 4 + ... + 18) = 3 + 2·(1+2+...+9) = 3 + 2·45 = 93. Fórmula geral: $a_n = n^2 - n + 3$, e a_{10} = 100 − 10 + 3 = 93. Termos seguintes: 33, 45, 59, 75, 93.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. 75 é o 9.º termo, e não o 10.º (soma de apenas 8 diferenças: 3 + 72).

B — Incorreta. 91 resulta de usar $n^2 - n + 1$ (esquecendo que o primeiro termo é 3): 100 − 10 + 1.

C — Incorreta. 103 resulta de supor $a_n = n^2 + 3$, sem a correção da diferença de −n.

E — Incorreta. 113 é o 11.º termo (soma de 10 diferenças: 3 + 110), e não o 10.º.

60

Considere a proposição composta $(p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow r)$, em que p, q e r são proposições simples, "→" indica "se..., então..." e "∧" indica "e". Na tabela-verdade dessa proposição, que tem 8 linhas, o número de linhas em que ela assume o valor lógico verdadeiro é

A) 2.

B) 3.

C) 4.

D) 5.

E) 6.

Gabarito: C

Comentário: A conjunção só é verdadeira quando as duas condicionais são verdadeiras ao mesmo tempo. Cada condicional é falsa apenas quando o antecedente

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

é V e o consequente, F. Conte as linhas em que nenhuma delas é falsa.

Resolução: Linhas (p, q, r) em que (p→q) e (q→r) são ambas verdadeiras: (V,V,V); (F,V,V); (F,F,V); (F,F,F). Nas demais: (V,V,F) falha q→r; (V,F,V) e (V,F,F) falham p→q; (F,V,F) falha q→r. Total: 4 linhas verdadeiras e 4 falsas. Contagem conferida por enumeração das 8 combinações.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. 2 conta só as linhas em que p, q e r têm o mesmo valor lógico, esquecendo (F,V,V) e (F,F,V), em que ambas as condicionais também são verdadeiras.

B — Incorreta. 3 omite a linha (V,V,V) ou a linha (F,F,F), em que as duas condicionais também são verdadeiras.

D — Incorreta. 5 inclui indevidamente uma linha em que uma das condicionais é falsa, como (V,V,F) ou (F,V,F).

E — Incorreta. 6 é o número de linhas em que apenas p → q é verdadeira; falta verificar q → r, e a conjunção exige as duas verdadeiras.

61

Sabe-se que é verdadeira a afirmação: "Se o documento é autêntico, então ele foi registrado em cartório". Com base nessa afirmação, é correto concluir que

A) o documento ser autêntico é condição necessária para ele ser registrado em cartório.

B) o documento ser registrado em cartório é condição suficiente para ele ser autêntico.

C) o documento não ser autêntico é condição suficiente para ele não ser registrado em cartório.

D) o documento ser registrado em cartório é condição necessária para ele ser autêntico.

E) o documento ser autêntico é condição necessária e suficiente para ele ser registrado em cartório.

Gabarito: D

Comentário: Na condicional "se p, então q", p é condição suficiente para q, e q é condição necessária para p. O antecedente basta; o consequente é exigido. A banca costuma trocar as posições, tratando o consequente como suficiente ou o antecedente como necessário.

Resolução: Seja p: o documento é autêntico; q: foi registrado em cartório. Dado: p → q. Então p é suficiente para q (basta ser autêntico para ter sido registrado) e q é necessária para p (sem registro, não há como ser autêntico). A alternativa D afirma exatamente isso. Verificação: nas combinações (p, q) compatíveis com p → q, que são (V,V), (F,V), (F,F), somente D é verdadeira em todas.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Inverte os papéis: afirma q → p (recíproca), que não decorre de p → q.

B — Incorreta. Também afirma q → p, tratando o consequente como suficiente; o consequente é necessário, não suficiente.

C — Incorreta. Afirma ¬p → ¬q (inversa), que não decorre da condicional original; a equivalente é ¬q → ¬p.

E — Incorreta. Afirma a bicondicional p ↔ q, mas a afirmação dada só garante p → q; podem existir documentos registrados não autênticos.

Informática (62 a 70)

62

Um servidor precisa se ausentar rapidamente da sua estação de trabalho, que executa o Windows 11 (versão atual em português, configuração padrão), e deseja impedir o uso do computador por terceiros sem encerrar os programas abertos. Nesse contexto, é correto afirmar que

A) o atalho Windows+E abre o Gerenciador de Tarefas, que permite proteger a sessão.

B) o atalho Ctrl+Shift+Esc mostra e oculta a área de trabalho, protegendo os arquivos.

C) o atalho Alt+Tab bloqueia o computador, exigindo credenciais para retomar o uso.

D) o atalho Windows+L bloqueia o computador, exigindo credenciais para retomar o uso.

E) o atalho Windows+D abre o Explorador de Arquivos, no qual se escolhe a opção de bloqueio.

Gabarito: D

Comentário: O bloqueio da sessão mantém os programas em execução e só libera o uso após a autenticação. Os demais atalhos são clássicos da banca, com a função trocada entre si.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 5.4 (teclas de atalho do Windows): “Win + L | Bloqueia o computador”; “Win + E / D / I / R | Explorador de Arquivos / área de trabalho (minimiza ou restaura todas as janelas) / Configurações / Executar”; “Alt + Tab | Alterna entre janelas abertas”; “Ctrl + Shift + Esc | Abre direto o Gerenciador de Tarefas”.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Windows+E abre o Explorador de Arquivos, não o Gerenciador de Tarefas.

B — Incorreta. Ctrl+Shift+Esc abre direto o Gerenciador de Tarefas; Windows+D mostra a área de trabalho (minimiza ou restaura as janelas).

C — Incorreta. Alt+Tab apenas alterna entre janelas abertas.

E — Incorreta. Windows+D mostra a área de trabalho; o Explorador de Arquivos abre com Windows+E.

63

Ao pesquisar em vários sites, um servidor fechou por engano uma guia no Google Chrome (versão atual em português, configuração padrão), em computador com Windows. Para reabrir a guia fechada, bem como para realizar outras tarefas, é correto afirmar que, no Chrome,

A) Ctrl+H abre a página de downloads e Ctrl+J abre a página de histórico.

B) Ctrl+W reabre a última guia fechada e Ctrl+T fecha a guia atual.

C) Ctrl+Shift+T reabre a última guia fechada.

D) Ctrl+Shift+N abre nova guia comum e Ctrl+D abre a janela anônima.

E) Ctrl+F salva a página como favorito e Ctrl+D abre a barra Localizar.

Gabarito: C

Comentário: Ctrl+Shift+T reabre a última guia fechada; repetido, restaura sucessivamente as mais recentes. Os demais atalhos aparecem com a função trocada: Ctrl+H é histórico, Ctrl+J é downloads, Ctrl+W fecha a guia, Ctrl+T abre nova guia, Ctrl+D favorita e Ctrl+F localiza.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 8.2 (atalhos comuns): “Ctrl + Shift + T | Reabre a última guia fechada”; “Ctrl + H | Histórico”; “Ctrl + J | Downloads”; “Ctrl + W | Fecha a guia atual”; “Ctrl + T | Nova guia”; “Ctrl + D | Adicionar aos favoritos”; “Ctrl + Shift + N | Janela anônima (Chrome e Edge)”; “Ctrl + F | Localizar na página”.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Ctrl+H abre o histórico e Ctrl+J abre os downloads; a alternativa os inverte.

B — Incorreta. Ctrl+W fecha a guia atual e Ctrl+T abre nova guia; Ctrl+W não reabre.

D — Incorreta. Ctrl+Shift+N abre a janela anônima e Ctrl+D adiciona aos favoritos.

E — Incorreta. Ctrl+F abre a busca na página (Localizar) e Ctrl+D adiciona aos favoritos.

64

Em um aplicativo de correio eletrônico (versão atual em português, configuração padrão), a servidora Ana enviou uma mensagem preenchendo Para: Beto; Cc: Carla; Cco: Davi. Após o envio, é correto afirmar que

A) Carla visualiza o endereço de Davi, pois ambos são destinatários em cópia.

B) Davi recebe a mensagem, e Beto e Carla não visualizam o endereço dele.

C) se Beto usar Responder a Todos, a resposta dele será enviada também a Davi.

D) o campo Cc oculta dos demais destinatários quem recebeu a mensagem, e o campo Cco deixa todos visíveis.

E) Beto e Carla visualizam o endereço de Davi, pois o campo Cco só oculta o endereço do remetente.

Gabarito: B

Comentário: Cco é a cópia carbono oculta: os demais não veem quem está nele, enquanto Para e Cc deixam todos visíveis. Quem responde a todos não alcança quem estava em Cco.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 9.1 (campos da mensagem): “Cc: cópia carbono; quem recebe apenas para conhecimento; todos enxergam quem está em Cc.”; “Cco (Bcc): cópia carbono oculta; os demais não veem quem está em Cco; é o recurso correto para enviar a muitas pessoas preservando a privacidade.”; “Cc todos veem; Cco oculto”; “achar que responder a todos alcança quem estava em Cco”; “De e Assunto não servem para isso”.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Quem está em Cco não é exibido a Carla nem a Beto; só quem está em Cc é visível a todos.

C — Incorreta. Responder a Todos não alcança quem estava em Cco; achar o contrário é a armadilha clássica.

D — Incorreta. Inverte os campos: em Cc todos veem, e é o Cco que oculta.

E — Incorreta. O campo Cco oculta dos demais destinatários quem está nele; o remetente não é oculto por esse campo.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

65

Um servidor precisa localizar, no Google (versão atual em português, configuração padrão), páginas do domínio tjsp.jus.br que contenham a frase exata certidão de objeto e pé e que não contenham a palavra minuta. A expressão de busca adequada é

A) "certidão de objeto e pé" site:tjsp.jus.br "-minuta"

B) certidão de objeto e pé site:tjsp.jus.br -minuta

C) "certidão de objeto e pé" site:tjsp.jus.br -minuta

D) "certidão de objeto e pé tjsp.jus.br" -minuta

E) "certidão de objeto e pé" *.tjsp.jus.br -minuta

Gabarito: C

Comentário: Aspas dão a frase exata, site: limita ao domínio e o sinal de menos, colado ao termo e sem aspas, exclui a palavra. Domínio dentro das aspas, termos soltos e asterisco no lugar de site: são as armadilhas.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 8.4 (mecanismos de busca e operadores): “Busca a frase exata, na ordem digitada”; “Limita os resultados ao domínio informado”; “Exclui páginas que contenham o termo”; “o sinal de menos vai colado ao termo, sem aspas”; “e não os termos soltos nem a frase com o domínio dentro das aspas”; “Funciona como curinga de palavras; não restringe a domínio”.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. O menos vai colado ao termo, sem aspas; "-minuta" entre aspas está errado.

B — Incorreta. Sem aspas, são termos soltos, e não a frase exata.

D — Incorreta. O domínio ficou dentro das aspas, o que não restringe a busca ao site.

E — Incorreta. O asterisco é curinga de palavras e não restringe a domínio; é site: que faz isso.

66

No Microsoft Excel (versão atual em português, configuração padrão), a planilha tem, na faixa A1:C3, os dados: A1=101, B1=Ana, C1=2500; A2=102, B2=Bruno, C2=3100; A3=103, B3=Carla, C3=2800. Na célula E1 foi digitada a fórmula =PROCV(103;A1:C3;3;0). O resultado exibido em E1 será

A) Carla

B) 103

C) 3100

D) #N/D

E) 2800

Gabarito: E

Comentário: PROCV procura 103 na primeira coluna da matriz (A) e devolve o valor da 3ª coluna da mesma linha (C3). O último argumento 0 pede correspondência exata, que existe.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 4.3 (funções): “=PROCV(A1;D1:F20;3;0) (procura na primeira coluna e devolve outra coluna da mesma linha)”; “#N/D (valor não encontrado, típico do PROCV)”.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. "Carla" está na 2ª coluna (B3), não na 3ª.

B — Incorreta. 103 é o valor procurado, na 1ª coluna; o resultado vem da coluna indicada.

C — Incorreta. 3100 está na linha de 102 (C2).

D — Incorreta. #N/D ocorreria se 103 não existisse na primeira coluna; ele existe.

67

Considere a URL a seguir, acessada por um servidor em um navegador atual: https://www.orgaoexemplo.gov.br/consulta/lista.pdf. É correto afirmar que

A) https é o domínio do endereço, e www é o protocolo de comunicação utilizado.

B) https é o protocolo de acesso, orgaoexemplo.gov.br é o domínio, /consulta/ é o caminho e lista.pdf é o recurso.

C) a porta implícita desse endereço é a 80, padrão do HTTPS.

D) /consulta/lista.pdf indica o protocolo, e orgaoexemplo.gov.br, o caminho do recurso.

E) www. é o recurso solicitado, e lista.pdf é o subdomínio do endereço.

Gabarito: B

Comentário: A URL se divide em protocolo, subdomínio, domínio, porta (opcional, implícita), caminho e recurso. Em HTTPS a porta implícita é a 443, e a 80 é a do HTTP.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 3.1 (IP, DNS e URL): “A URL é o endereço completo de um recurso e tem as partes: protocolo (https://), subdomínio (www.), domínio (pm.sc.gov.br), porta (opcional; 80 para HTTP

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

e 443 para HTTPS são implícitas), caminho (/concursos/) e recurso (edital.pdf).”.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. https é o protocolo e www é o subdomínio.

C — Incorreta. A porta implícita do HTTPS é a 443; a 80 é a do HTTP.

D — Incorreta. /consulta/lista.pdf é caminho e recurso; o protocolo é https.

E — Incorreta. www. é o subdomínio, e lista.pdf é o recurso.

68

No Microsoft Word em português (versão atual, configuração padrão), é correto afirmar que

A) o atalho Ctrl+N aplica negrito ao texto selecionado, e a tecla F12 abre a caixa Salvar como.

B) o atalho Ctrl+B aplica negrito ao texto selecionado, e o atalho Ctrl+S salva o documento.

C) o atalho Ctrl+S aplica itálico ao texto selecionado, e o atalho Ctrl+I o sublinha.

D) o atalho Ctrl+Shift+S abre a caixa Salvar como, e o atalho Ctrl+U aplica sublinhado.

E) o atalho Ctrl+N cria um novo documento em branco, e o atalho Ctrl+B aplica negrito.

Gabarito: A

Comentário: No Word em português os atalhos não seguem o padrão do LibreOffice: Ctrl+N é negrito, Ctrl+B salva, Ctrl+I é itálico, Ctrl+S sublinha e F12 abre Salvar como.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 4.1 (equivalências para quem estudou pelo Office): “no Word em português, Ctrl+B salva, Ctrl+N é negrito, Ctrl+I é itálico e Ctrl+S é sublinhado”; “Salvar como | Ctrl+Shift+S | F12”.

Análise das alternativas erradas:

B — Incorreta. Esse é o padrão do LibreOffice; no Word em português Ctrl+B salva e Ctrl+S sublinha.

C — Incorreta. No Word, Ctrl+I é itálico e Ctrl+S é sublinhado; a alternativa os inverte.

D — Incorreta. Ctrl+Shift+S é o Salvar como do LibreOffice; no Word é F12, e o sublinhado é Ctrl+S.

E — Incorreta. No Word, Ctrl+N é negrito e Ctrl+B salva; a alternativa troca as funções.

69

Em uma planilha do Microsoft Excel (versão atual em português, configuração padrão), as células A1, A2 e A3 contêm, respectivamente, os valores 8, 5 e 4. Na célula B1 foi digitada a fórmula =SE(MÉDIA(A1:A3)>=6;"Aprovado";"Reprovado"). O conteúdo exibido em B1 será

A) Aprovado

B) 5,67

C) VERDADEIRO

D) #NOME?

E) Reprovado

Gabarito: E

Comentário: A média de 8, 5 e 4 é 17/3 = 5,67, menor que 6. O teste do SE é falso, e a função devolve o terceiro argumento, "Reprovado".

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 4.3 (funções): “=SE(A1>=7;"Aprovado";"Reprovado")”; “=MÉDIA()”.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. Aprovado só seria exibido se a média fosse maior ou igual a 6.

B — Incorreta. A média é calculada dentro do teste, mas B1 mostra o texto escolhido pelo SE.

C — Incorreta. O SE não devolve o resultado do teste, e sim um dos dois valores.

D — Incorreta. #NOME? ocorre com função inexistente; MÉDIA e SE existem.

70

Em relação aos serviços de armazenamento em nuvem, é correto afirmar que

A) o Google Drive é integrado ao Windows e ao Microsoft 365 e sincroniza pelo Explorador de Arquivos.

B) o OneDrive é integrado ao Windows e ao Microsoft 365 e sincroniza pelo Explorador de Arquivos.

C) o iCloud é integrado ao Google Workspace e ao Gmail.

D) o Dropbox é integrado ao macOS, ao iOS e ao iPadOS.

E) o WeTransfer é um serviço de armazenamento permanente de arquivos, com versionamento.

Gabarito: B

Comentário: O OneDrive é o armazenamento em nuvem da Microsoft, integrado ao Windows e ao

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Microsoft 365, e sincroniza pelo Explorador de Arquivos. As demais alternativas atribuem a cada serviço características de outro.

Fundamento Técnico: Material de Informática do @oduconcurseiro (Estudo Reverso), item 6.1 (armazenamento em nuvem): “OneDrive (Microsoft): integrado ao Windows e ao Microsoft 365; sincroniza pelo Explorador de Arquivos.”; “Google Drive (Google): integrado ao Google Workspace e ao Gmail.”; “iCloud (Apple): integrado ao macOS, iOS e iPadOS.”; “Dropbox: forte em sincronização e versionamento.”; “WeTransfer: transferência de arquivos grandes por link temporário, não é armazenamento permanente.”.

Análise das alternativas erradas:

A — Incorreta. O Google Drive é o serviço do Google, integrado ao Google Workspace e ao Gmail.

C — Incorreta. O iCloud é o serviço da Apple, integrado ao macOS, iOS e iPadOS.

D — Incorreta. O Dropbox é forte em sincronização e versionamento, mas a integração ao macOS, iOS e iPadOS é do iCloud.

E — Incorreta. O WeTransfer transfere arquivos grandes por link temporário e não é armazenamento permanente.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

GABARITO DA REDAÇÃO – ESPELHO DE CORREÇÃO

Tema: "Tempo livre: o descanso virou luxo em uma sociedade da produtividade?"

Recorte do edital: a redação não tem conteúdo programático próprio (Cap. XI do Edital nº 02/2026). O tema, de ordem social e do cotidiano, segue o padrão observado em redações anteriores da VUNESP: assunto atual, com dois lados defensáveis e que não exige conhecimento jurídico.

1. O que a banca espera

O tema pede que o candidato discuta se o descanso se tornou um luxo na sociedade da produtividade, tomando posição, e não que apenas descreva a rotina acelerada ou faça um elogio genérico ao descanso. A expressão-chave é "virou luxo": o texto deve considerar a pressão por desempenho e a conexão permanente (Texto 1), a necessidade do descanso para a saúde e para o próprio rendimento (Texto 2) e a desigualdade de acesso ao tempo livre (Texto 3), posicionando-se de forma clara.

Pontos de atenção que costumam derrubar a nota:

• **Tangenciamento:** falar apenas de trabalho e salário, ou só de tecnologia, sem tratar do descanso e do tempo livre.

• **Texto expositivo:** descrever a rotina acelerada sem se posicionar sobre se o descanso virou luxo (o edital exige posicionamento claro).

• **Cópia e dependência dos textos:** copiar trechos dos textos de apoio ou escrever "como afirma o Texto 1" pode ser penalizado, pois o texto deve ter autonomia.

• **Interlocução inadequada:** usar a primeira pessoa do singular ou a segunda pessoa ("eu acho", "você") pode ser penalizado em texto dissertativo-argumentativo.

2. Tese sugerida

Em uma sociedade que valoriza o desempenho constante, o descanso tornou-se, para muitos, um privilégio, pois depende de condições materiais e de uma cultura que o trata como perda de tempo; reconhecê-lo como necessidade, e não como recompensa, é o caminho para uma vida mais saudável e também mais produtiva.

3. Linhas de argumentação possíveis (o candidato precisa de duas)

Argumento 1 – A cultura da produtividade desvaloriza a pausa: agenda cheia e conexão permanente misturam trabalho e lazer, e parar passa a ser visto como perda de tempo (Texto 1).

Argumento 2 – Descansar é necessidade, não recompensa: o descanso sustenta a saúde, a criatividade e o próprio rendimento, e inverter essa lógica empobrece a vida pessoal (Texto 2).

Argumento 3 – O acesso ao tempo livre é desigual: jornadas longas, mais de uma ocupação e deslocamentos demorados reduzem as horas de descanso, de modo que, para alguns, parar é privilégio (Texto 3). Mesmo com tempo livre, o descanso não está garantido.

4. Estrutura esperada (mais de 20 linhas)

• Introdução (4 a 6 linhas): contextualiza a valorização da produtividade na vida cotidiana e apresenta a tese.

• Desenvolvimento 1 (6 a 8 linhas): primeiro argumento (a cultura da produtividade e a pressão por aproveitar o tempo), com ideia dos textos e explicação própria.

• Desenvolvimento 2 (6 a 8 linhas): segundo argumento (a desigualdade de acesso ao descanso ou o descanso como necessidade), com outro recorte.

• Conclusão (4 a 6 linhas): retoma a tese e fecha de modo decorrente do que foi exposto (o edital não exige proposta de intervenção).

5. Grade de autocorreção

Critério do edital	O que observar no seu texto	Pontos sugeridos
Tema	Discutiu se o descanso virou luxo, com posicionamento? Usou os textos sem copiá-los?	0 a 10
Estrutura (gênero/tipo de texto e coerência)	Tem introdução, desenvolvimento e conclusão? Defende um ponto de vista claro, sem contradição, e a conclusão decorre dos argumentos?	0 a 10

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

Língua (modalidade e registro)	Concordância, regência, ortografia, acentuação, pontuação e vocabulário preciso em registro formal? Evitou primeira pessoa?	0 a 10
Coesão	Usou conectivos variados e adequados, retomou ideias sem repetir palavras e dividiu o texto em parágrafos de tamanho equilibrado?	0 a 10

A divisão dos 40 pontos entre os critérios é uma sugestão para autocorreção: o edital informa a escala de 0 a 40 e a nota mínima de 24, mas não o peso de cada critério.

Regras do edital (Cap. XI): nota de 0 a 40, com aprovação a partir de 24 pontos. Recebe nota 0 a redação que fugir ao tema ou ao gênero, tiver 7 linhas ou menos (sem contar o título), tiver menos de 8 linhas autorais contínuas, contiver identificação ou for escrita com tinta diferente de preta ou azul-escura. Redações com 20 linhas ou menos não alcançam a nota máxima em Língua e Coesão, e as com 15 linhas ou menos perdem 1 ponto em cada um desses critérios.

Pensado, organizado e elaborado por @oduconcurseiro – Este material é fruto de intensas horas de dedicação, análise e muita mão de obra.
Material gratuito: compartilhe à vontade, sem alterar o conteúdo. Respeite o autor.

@ODUCONCURSEIRO

Estudo reverso da banca VUNESP

PACOTE COMPLETO

10 SIMULADOS ESCREVENTE TJSP

Treine no padrão VUNESP até a prova

10	700	1.400
SIMULADOS	QUESTÕES INÉDITAS	CARDS DE REVISÃO

RESOLVENDO ONLINE, VOCÊ GANHA:

- **Cronômetro de prova** — Uma questão por tela, como no dia da prova.
- **Nota e desempenho por disciplina** — Correção automática, nota ponderada e gráficos de acertos.
- **Gabarito comentado** — Fundamento de cada questão e análise de todas as alternativas erradas.
- **Motivo de cada erro** — Marque por que errou e descubra seu padrão de erro.
- **2 cards de revisão por questão** — 140 cards por simulado para fixar o que errou.
- **Evolução entre os simulados** — Compare seu desempenho de um simulado para o outro.

Mais que um PDF: descubra exatamente onde você erra

Conheça o pacote em oduconcurseiro.online

@oduconcurseiro

CardStudy · oduconcurseiro.online

Material elaborado com apoio de IA e curadoria própria